

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O EMBARGO ECONÔMICO A CUBA

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Edith de Almeida Pinheiro Bastos

Orientador: Prof. Dr. Alberto da Silva Jones

Área de Pesquisa: Economia Política

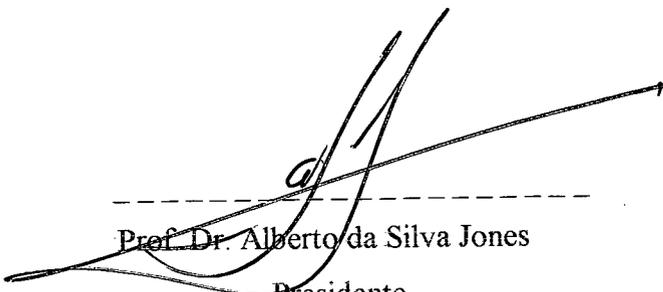
Palavras-chave: 1 – Cuba 2 – Embargo Econômico 3 – Imperialismo 4 – Neoliberalismo
5 – Protecionismo 6 – Revolução Cubana

Florianópolis, outubro de 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca examinadora resolveu atribuir a nota 6,0 à aluna Edith de Almeida Pinheiro Bastos, matrícula 0010715-8, na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

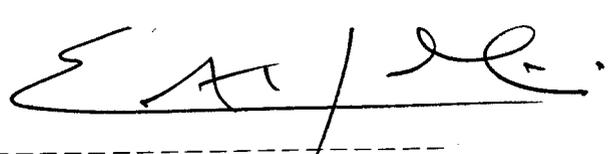
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Alberto da Silva Jones
Presidente



Prof. Dr. Antony Peter Muller
Membro



Prof. Dr. Ermes Tadeu Zapelini
Membro

À minha mãe,
Maria Inês de Almeida Sousa,
in memoriam,
grande educadora,
pessoa sublime e iluminada
que não mediu esforços na educação dos filhos.
Sinto eternas saudades.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria viável sem a cooperação de diversas pessoas, citar todas elas demandaria diversas folhas e nem assim teria agradecido a todas de forma especial como todas são, mas existem algumas pessoas que foram essenciais na conclusão da minha graduação.

Portanto, eu agradeço a Deus que me deu vida, saúde e perseverança.

Agradeço à minha mãe, Professora Maria Inês de Almeida Sousa (*i.m.*), a quem dedico não somente este trabalho mas o sucesso que a vida me reserva.

Agradeço ao meu pai, Francisco Oder Pinheiro Bastos, que me ensinou o perdão e me mostrou que todo conhecimento adquirido deve ser usado para o bem de todos.

Agradeço ao meu companheiro, Marcelo Driemeyer Wilbert, por me mostrar que o amor, a liberdade, os sonhos, a sabedoria e os sorrisos são graças que Deus nos dá.

Agradeço ao Professor Doutor Alberto da Silva Jones por me ajudar na fase final da monografia.

Agradeço ao Professor Doutor Ermes Tadeu Zapelini e ao Professor Doutor Antony Peter Mueller pela composição da banca examinadora, pelas pesquisas e pelo enriquecimento acadêmico.

Agradeço ao Professor Doutor Wagner Leal Arienti e Professor Doutor Roberto Meurer por me compreenderem nos momentos difíceis porque passei no último ano e por todo impulso aos estudos.

Agradeço à amiga Teresinha de Fátima Silva pela atenção, dedicação e cooperação com os trabalhos de todos os acadêmicos na fase final da graduação – sua colaboração e paciência foram essenciais, pois em você, não sei o que faríamos, muito obrigada!

Agradeço ao meu irmão, Pedro de Almeida Pinheiro Bastos, por me ajudar nas pesquisas e na leitura prévia do trabalho.

Agradeço à minha irmã Aglais de Almeida Pinheiro Bastos e ao meu sobrinho Gabriel Bastos Goretti, pelas longas pesquisas na Internet e pela contagiante alegria no desenvolvimento do trabalho.

Agradeço à minha amiga Angela Maria Coelho pelo empréstimo do material usado neste trabalho – muito obrigada pelo apartamento e pelo computador!

Agradeço à minha amiga Vânia Lins, que despertou minha coragem e paciência para concluir minha graduação.

Agradeço à amiga Ana Lira Ibanhes Krohn de Carvalho, Assistente do Representante Residente do Fundo Monetário Internacional (FMI) no Brasil, pelas pesquisas junto às organizações internacionais e junto ao próprio FMI.

Agradeço à minha amiga Karine da Silva, pela ajuda na formatura e nos últimos momentos do trabalho.

Agradeço ao novo amigo André Driemeyer Wilbert pela infinita paciência e por acreditar no meu trabalho – obrigada pelo apartamento e pelo computador!

Agradeço aos meus amigos Simone e Valdemir, Simas e Angélica, Márcia e Rodrigo, Raquel e Alexandre, tio Gumercindo e tia Leni (*i.m.*), P. Anildo e D. Loni, Débora e Rubens, D. Gecina, William, Guilherme, Jackson, Nelson, Alex, Glória e Geraldo, Antonieta, Danilo, Camila, Mathias, D. Lola, Cíntia, Eunice, Marilyn, Letícia, Graciela, Fabiana, Wanderlei, Richard, Mariléia e Heloína.

Agradeço aos colegas de graduação, aos funcionários e aos professores do curso de ciências econômicas e a todos que tornaram o trabalho possível.

*“Ó Deus-Pai, que dais vida
a todos os seres viventes,
abençoi-me com Vosso Espírito.*

*Eu vivo,
não pela minha própria força,
mas pela Vida de Deus-Pai,
que permeia os céus e a terra.*

*As minhas obras,
não sou eu quem as realiza,
mas a força de Deus-Pai,
que permeia os céus e a terra.*

*Ó Deus, que Vos manifestastes
através da Seicho-No-Ie
para indicar o Caminho
dos céus e da terra, protegei-me.”*

Masaharu Taniguchi, Ph. D.
(Canto Evocativo de Deus, Sutras Sagradas)
Porque minha mãe orava todos os dias.

RESUMO

Abordando o tema através do materialismo histórico, serão verificadas as sanções políticas, econômicas e sociais impostas pelos EUA após a Revolução Cubana de 1959. Estudando o processo revolucionário cubano, a hegemonia estadunidense, a política interna e externa norte-americana, o acirramento do embargo através dos presidentes estadunidenses, entender-se-á as saídas adotadas pelo governo cubano, sua parceria com a URSS após a Revolução e sua política externa independente ao longo destes 43 anos.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	x
1 INTRODUÇÃO	01
1.1 PROBLEMÁTICA.....	01
1.2 OBJETIVOS.....	04
1.2.1 Objetivo Geral.....	04
1.2.2 Objetivos Específicos.....	04
1.3 METODOLOGIA.....	05
1.3.1 Natureza do Estudo.....	05
1.3.2 Caracterização do Estudo.....	05
1.3.3 População.....	06
1.3.4 Técnica de Coleta de Dados.....	06
1.4 MARCO TEÓRICO.....	07
2 A REVOLUÇÃO CUBANA	09
2.1 REFORMA AGRÁRIA E A NACIONALIZAÇÃO DA TERRA.....	12
3 POLÍTICAS DOS EUA E CUBA	15
3.1 POLÍTICA EXTERNA E INTERNA DOS EUA.....	15
3.1.1 Política dos EUA para Cuba.....	18
3.1.1.1 Dwight D. Eisenhower.....	18
3.1.1.2 John F. Kennedy.....	19
3.1.1.3 Lyndon B. Johnson.....	19
3.1.1.4 Richard M. Nixon.....	19
3.1.1.5 Gerald R. Ford.....	20
3.1.1.6 James E. Carter.....	20
3.1.1.7 Ronald W. Reagan.....	20
3.1.1.8 George W. Bush.....	20
3.1.1.9 William J. Clinton.....	21
3.1.2 Considerações Gerais.....	21
3.2 POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE.....	21
4 O EMBARGO ECONÔMICO	25
4.1 CUBA E A URSS, A PARCERIA APÓS A REVOLUÇÃO.....	28
4.2 O SOCIALISMO PÓS-SOVIÉTICO CUBANO.....	33

5 O EMBARGO ECONÔMICO ATRAVÉS DE INDICADORES ECONÔMICOS.....	37
5.1 BALANÇO DE PAGAMENTOS.....	37
5.2 PRODUTO INTERNO BRUTO, CÂMBIO OFICIAL E CÂMBIO PARALELO.....	39
5.3 BALANÇO COMERCIAL.....	40
5.3.1 Importação de Mercadorias.....	42
5.3.2 Exportação de Mercadorias.....	44
6 CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	52
SITES CONSULTADOS.....	53

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PIB, TAXA DE CRESCIMENTO REAL.....	35
QUADRO 2 - BALANÇO DE PAGAMENTOS.....	37
QUADRO 3 - PIB, CÂMBIOS OFICIAL E PARALELO.....	39
QUADRO 4 - BALANÇA COMERCIAL.....	40
QUADRO 5 - IMPORTAÇÃO: CONTINENTES.....	42
QUADRO 6 - IMPORTAÇÃO: PAÍSES.....	42
QUADRO 7 - EXPORTAÇÃO: CONTINENTES.....	44
QUADRO 8 - EXPORTAÇÃO: PAÍSES.....	45

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMÁTICA

Cuba era uma colônia espanhola que após sua independência ficou exposta à intervenção norte-americana com uma função explícita: a de exportar açúcar aos países autorizados pelos Estados Unidos da América (EUA), servindo como pouso turístico aos fazendeiros exportadores e de outros ricos americanos – que viam na riqueza desta terra um meio de acumulação de capital – e de base militar - Guantánamo.

A vertente neoliberal, que é a ideologia que serve à manutenção da ordem estabelecida (Löwy,1995) pelos EUA, via naquela Ilha a manifestação de todo o seu interesse; era um movimento constante de transferência de riqueza. Cuba enviava todo o seu produto aos EUA ou a quem os EUA autorizassem a remessa.

A revolução planejada por Fidel Castro Ruz, que culminou na Revolução Cubana de 1959, a princípio começaria pela queda do exército formado por ex-camponeses que se renderam, pela sobrevivência, ao regime ditatorial imposto por Juan Fulgencio Batista.

Sartre (1960, p.39 e 197) descreveu a relação de dependência entre Cuba e os EUA em que “Os norte-americanos se mostravam compreensivos: continuavam fornecendo automóveis e geladeiras, davam crédito a todos, e o país se arrastava, esmagado pelos arranha-céus e pelos motores.” Visto que “os americanos eram donos das fontes de energia, das riquezas minerais, até de uma grande parte das usinas de açúcar, até de praias de recreio em que construíam casas fabulosas e onde o pobre cubano não podia sequer tomar banho de mar.”

Mas como se libertar disso? Os espanhóis trouxeram o gado, mas Cuba produzia basicamente cana-de-açúcar. Ainda, os cubanos haviam se acostumado com aquele modo de vida, não tinham mais consciência do que era democracia¹. A superação dessa situação

¹ “A democracia moderna surge quando constituído o Estado nacional – não mais o antigo Estado-cidade – e ao povo, entendido como nação, se atribui o poder soberano. Não se trata da comunidade nacional no sentido

significava retirar o então presidente Batista do poder, e assim, fazer a revolução com a retirada do poder norte-americano.

Segundo Sartre (1960), os produtores norte-americanos auxiliados pelo protecionismo aduaneiro, impunham os preços e custos sem se importarem com os preços mundiais. Vendiam seus produtos manufaturados em troca de matérias-primas ou semi-manufaturadas através de tarifas preferenciais. Como Cuba importava tudo dos EUA e basicamente exportava o açúcar produzido, isso provocou ao longo do tempo um déficit em suas contas.

Numa palavra: os norte-americanos vendiam produtos manufaturados em troca de matérias-primas ou semi-manufaturadas. As contas se estabilizavam em Washington, mas esses sábios equilíbrios encobriam cada vez menos a realidade. Havia uma troca incessante de mercadorias, mas em Cuba o dinheiro não aparecia, porque os norte-americanos não davam nada e levavam tudo; e em Washington crescia uma cifra negativa: a dívida cubana aumentava sem cessar. (Sartre, 1960, p.38).

A lógica do imperialismo² imposta pelos EUA e que afligia sem cessar a vida cubana é a “opressão econômica [que] cria no oprimido necessidades que somente o opressor pode satisfazer.” (Sartre, 1960, p.36), essa opressão fez com que os cubanos desesperançados assumissem esse jugo sem reclamar; eis a lógica capitalista, imperialista.

Com a revolução, Fidel Castro tornou-se primeiro-ministro. Prometeu eleições em um ano e meio e seu regime promoveu a reforma agrária e a nacionalização de empresas estrangeiras. Milhares de cubanos deixaram o país e, com o choque entre as reformas impostas e os interesses dos EUA, ocorreu o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países em janeiro de 1961, sendo que a tensão cresceu em abril do mesmo ano quando ocorreu uma invasão na Baía dos Porcos, numa tentativa frustrada dos EUA de derrubar o governo revolucionário.

orgânico e no seu desenvolvimento histórico, mas prevalece a idéia do povo na totalidade dos cidadãos que o integram, considerados individualmente. Daí resulta o sufrágio universal igualitário como expressão da vontade geral. (...) Assim, a democracia deixa de ser simplesmente um sistema optativo para a constituição do poder público – por via eleitoral -, como era, na sua forma clássica, entre os antigos, e torna-se um processo obrigatório, considerado o único que pode dar legitimidade ao governo.” (Sousa, J.P.G et al, 1998, p.157

² Segundo Lênin (1985), podemos conceituar o imperialismo como a concentração da produção e do capital levando ao monopólio, junção do capital bancário com capital industrial tornando-se capital financeiro usado por oligarquias. É também como a união de monopolistas internacionais que pretendem dividir o mundo entre si, ou seja, imperialismo é a fase do capitalismo em que ao terminar a divisão dos territórios, uma nova divisão obriga os capitalistas a lançarem-se por territórios sejam estes quais forem, e que a rivalidade entre as potências em busca da hegemonia é sua essência.

Em dezembro do mesmo ano, Fidel anuncia que o Estado Cubano aderira à linha marxista-leninista e por isso, os EUA decretam em 1962 a suspensão do comércio e do crédito entre EUA e Cuba como forma de pressão econômica e política à Ilha, sendo então expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Em outubro de 1962, quando é descoberta a instalação de mísseis nucleares soviéticos na Ilha, o governo dos EUA arrisca-se numa manobra que poderia ter provocado uma guerra nuclear ao decretar o bloqueio naval a Cuba. Assim, consegue da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) a retirada dos mísseis e a partir de 1965, Havana, sob a orientação de Fidel, passa a incentivar todo tipo de movimento revolucionário de esquerda na América Latina e em outras partes do mundo.

O embargo econômico fez com que crescesse a pressão dos EUA para que outros países interrompessem o comércio com a Ilha. Então, Cuba inseriu-se no mercado comum do Bloco Socialista com tratamento especial, exportando açúcar e importando petróleo, ambos subsidiados. Isso mostra que a situação cubana modificou-se pouco após o embargo, somente passando do modo de produção capitalista para o modo de produção socialista, saindo da dependência estadunidense para a soviética.

O país entrou em crise com a dissolução da URSS em 1991 e mediante a recusa cubana em aderir ao regime estadunidense, intensificou-se o embargo em 1992. Sem o petróleo soviético e com as exportações em declínio, o governo inicia o racionamento de combustível, de energia e de alimentos, estimulando investimentos externos e o turismo.

A partir de 1995, diversos setores (hoteleiro, construção civil, agropecuário) são beneficiados com a ampliação da participação de capital externo, excetuando-se os setores de defesa, saúde e educação. O regime político também não se altera, e a crise provoca a migração de cubanos em direção à Miami. Com isso, o governo dos EUA anula a Lei Helms-Burton³ que beneficiava o refugiado que era encontrado na costa norte-americana, devolvendo-o a Cuba em troca da concessão de 20 mil vistos de saída por ano.

³ Lei que dificulta a vida de empresas estrangeiras que investem em Cuba, impedindo seus dirigentes ou familiares de obter visto de entrada nos EUA, abram negócios, além de outras medidas para fortalecimento do embargo, como o aumento de taxas e impostos para importação/exportação.

Por conta do embargo, Cuba não faz parte da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi). A resposta brasileira dada pelo então Ministro das Relações Exteriores, Sr. Luiz Felipe Lampreia é que é condenável a “aplicação unilateral, com fins políticos, de sanções de natureza econômica e comercial.” (Lampreia, 1999, p.238). A questão é que se os EUA sabem que mesmo sem o embargo, Cuba corre o risco de falir, e se o caso é político, visto que a população apóia seu governante e os EUA não apóiam o sistema (socialista-comunista) por que então continuar com o embargo econômico?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Abordar historicamente a atuação dos EUA a respeito da sanção política-econômica-social imposta ao governo cubano desde a revolução.

1.2.2 Objetivos Específicos

Analisar historicamente o processo revolucionário cubano, a hegemonia norte-americana, o protecionismo e a restrição econômica comercial imposta a Cuba; as saídas adotadas pelo governo cubano às sanções impostas pelo neoliberalismo dos EUA; e a situação de Cuba após o fim do apoio da extinta URSS.

1.3 METODOLOGIA

Apresenta-se em seqüência, a natureza do estudo, sua caracterização, população e técnica de coleta de dados.

1.3.1 Natureza do Estudo

A problemática desse estudo está relacionada ao embargo econômico imposto pelos EUA desde a época da revolução. Tendo em vista o problema, a abordagem será qualitativa, sendo a forma mais adequada para entender a natureza do fenômeno político-econômico-social na Ilha. Esse tipo de estudo, a forma qualitativa, pode descrever a complexidade do embargo econômico, analisar a interação do problema entre as variáveis, compreender e classificar o processo em que a Ilha cubana inseriu-se, e possibilitar o entendimento das particularidades dos indivíduos envolvidos nesse processo – EUA e Cuba.

1.3.2 Caracterização do Estudo

Observando-se o objetivo do presente estudo, o mesmo caracteriza-se como descritivo e avaliativo.

Descritivo, pois descreverá a realidade assim como ela é e assim como se deu, com relação à ruptura do relacionamento entre Cuba e os EUA e a imposição do bloqueio econômico, garantindo aos EUA a hegemonia do sistema capitalista liberal democrático.

Avaliativo, pois com o resultado obtido seguir-se-á uma formulação crítica, um estudo de caso, analisando o mesmo por meio dos impactos causados em Cuba pelo embargo econômico através de uma abordagem consequencial que possa fornecer uma

estrutura sensível e sólida para uma crítica acerca de questões fundamentais como o direito, a ética e a liberdade.

1.3.3 População

A população do estudo será constituída por Cuba e sua situação política e econômica após o embargo econômico.

1.3.4 Técnica de Coleta de Dados

A técnica de coleta de dados se dará com a análise documental através de dados secundários. Documentos internos do Ministério das Relações Exteriores Brasileiro, o Arquivo Histórico do Itamaraty, relativos aos anos 50 e 60 pesquisados pelo cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira e documentos cubanos e norte-americanos pesquisados pelo professor Heinz Dieterich Steffan e relatos dados por jornalistas e filósofos na época da revolução e após o embargo.

Para melhor compreensão a respeito do embargo econômico sobre Cuba, buscou-se dados macroeconômicos abrangendo os anos de 1959 a 2000. Entretanto, dentro das organizações pesquisadas não foi possível obter a totalidade das informações, ou porque não existem ou porque não são fornecidas. Dentre os sites pesquisados, cita-se o das Nações Unidas, o oficial do governo cubano, o da Câmara de Comércio de Cuba, o do Departamento de Estado Norte Americano, o da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA), o da Agência de Informação Nacional de Cuba (AIN), o do Ministério das Finanças e Preços de Cuba, o do Ministério das Relações Exteriores de Cuba, os dos jornais *The New York Times* (EUA), *The Washington Post* (EUA), *Le Monde* (França), *Granma* (oficial de Cuba), um especializado no bloqueio (cubavsbloqueo), o da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o do FMI, o do Banco Mundial, e de uma revista brasileira, a Caros Amigos. Além de visitas feitas pessoalmente à Embaixada de Cuba em Brasília.

1.4 MARCO TEÓRICO

A fundamentação teórica deste estudo de caso dar-se-á através de interpretação do historicismo marxista, ou seja, do materialismo histórico, onde pressupõe-se que todo conhecimento e mesmo a própria interpretação da realidade social estão relacionados, de forma direta ou não, a uma perspectiva socialmente determinada, em que as teorias, doutrinas e interpretações da realidade têm que ser vistas por meio de sua limitação histórica.

Para entender o embargo econômico imposto à Ilha cubana é preciso entender o contexto político-econômico-social em que os cubanos se submeteram. Afinal, “é a história social e econômica que nos dá a chave para compreender essas transformações profundas que se deram na história, na ideologia ou na utopia (...) seja mesmo da ciência social, econômica ou política.” (Löwy, 1995, p.16).

Outro passo a ser dado para fundamentar teoricamente este estudo de caso, é a análise dialética das contradições. A partir do momento em que desenvolve-se um processo de conhecimento ou mesmo uma transformação, é certo surgirem pontos de vista diferentes, ou seja, surgem divergências, concepções distintas no meio daqueles que têm a mesma visão de mundo. Isto é assim porque a própria realidade está em transformação.

Desde que se coloque uma tentativa de conhecer a realidade, uma tentativa de agir sobre a realidade, vão aparecer pontos de vista diferentes, não se trata necessariamente de uma divergência resultante de influência da burguesia, ou da burocracia, simplesmente podem ser divergências necessárias, inevitáveis, que fazem mesmo parte do processo da teoria e da prática, e da relação dialética entre teoria e prática. (Löwy, 1995, p.109).

Quando existem dificuldades criadas pelas relações de produção atrasando o desenvolvimento das forças produtivas, são geradas condições para uma revolução social, criando novas relações sociais de produção, assim como deu-se em Cuba após a Revolução e que será abordado ao longo do trabalho.

Vale lembrar que Karl Marx, ao escrever *O Capital*, criou o materialismo histórico, desenvolvendo conceitos dos modos de produção e da formação social tratando destes modos de produção (capitalista e socialista), de seus elementos constituintes e

determinantes, da gênese, da transição e da sucessão de um modo ao outro, em que o ser social (a população cubana) determinou a consciência social (não desejando mais viver sob o *american way of life*) através da atividade produtiva, das formas como os homens relacionam-se por meio do trabalho (cooperativas, reforma agrária), onde o alicerce da sociedade cubana foi construído.

O materialismo histórico mostra que as revoluções não são resultado da ação de grandes personalidades. No caso da Revolução Cubana, esta não foi feita por um homem só (Fidel) mas por outros e com eles, a participação das massas trabalhadoras, ou seja, os camponeses. Entretanto, ao longo dos anos Fidel Castro passou a governar Cuba por meio de um sistema de partido único com poderes ditatoriais, tornando-se o líder máximo e distribuindo à sua maneira os recursos disponíveis entre a população.

It is not the Communist Party or any other group but Castro himself who is the glue that holds the parts of the Cuban system together. He is the incarnation of Max Weber's ideal type of a charismatic leader, able to negate all aspects of reality outside of his own vision and capable of imposing his view upon his followers. (Mueller, 2002, p.2)⁴

O modo de produção capitalista seria o último modo de produção baseado na existência de classes (proletariado, burguesia) e das contradições existentes (dominado, dominante) entre elas. A passagem do modo de produção capitalista para o socialista seria obra do proletariado que instalaria-se no poder edificando uma sociedade baseada na propriedade coletiva dos meios de produção. Ao longo do trabalho veremos que o governo revolucionário instaurou o modo de produção socialista por causa das pressões feitas pela maior sociedade capitalista do mundo: os EUA.

Será visto também, que apesar das mudanças após o fim do Bloco Socialista, Cuba continua a apoiar-se em uma economia centralizada sustentando que a causa de seus problemas não é a ineficiência de sua administração ao longo dos anos, e sim, que o embargo dificulta sua modernização.

⁴ Não é o Partido Comunista nem qualquer outro grupo mas o próprio Castro que é a cola que segura junto as partes do sistema cubano. Ele é a encarnação do tipo ideal de um líder carismático de Max Weber, apto a negar todos os aspectos da realidade fora da sua própria visão e capaz de impor sua visão sobre seus seguidores. (Tradução livre)

2 A REVOLUÇÃO CUBANA

A primeira guerra pela independência cubana inicia-se em 1868 e permanece por dez anos. A segunda ocorre em 1885 e foi liderada pelo poeta e jornalista José Martí, que morre em uma emboscada quando combatia tropas da Espanha. Martí teve a oportunidade de presenciar a passagem do capitalismo pré-monopolista para o monopolista, imperialista, do qual foi um dos primeiros adversários.

A Espanha deixa a Ilha em 1899 e os EUA mantêm seus militares em Cuba (ao mesmo tempo em que foi elaborada a Constituição cubana) até a independência em 1902, contudo, ainda permanece uma base naval em Guantánamo e o poder de intervir nos assuntos internos até 1934, mostrando claramente a política imperialista estadunidense, garantindo o controle da economia cubana. O processo de dominação econômica de Cuba pelos EUA desenvolveu-se até o começo do século passado, acelerando-se e especializando-se de acordo com o plano estadunidense, que objetivava a anexação⁵ de Cuba monopolizando a produção açucareira e estrangulando o desenvolvimento econômico independente da Ilha, reduzindo-a a mero “abastecedor de uma matéria-prima a um só mercado.” (Fernandes, 1979, p.45)

Em 1933, um movimento populista coloca no governo Ramón Grau San Martín, que inicia várias reformas apoiadas pela esquerda do país que procuravam atender as camadas mais pobres. Porém, San Martín não manteve-se por muito tempo no poder. Batista, como Chefe do Estado Maior das Forças Armadas forçou-o a retirar-se. Com sucessivas presidências em um curto espaço de tempo, sabia-se que o poder pertencia a Batista, que aproveitando-se da insatisfação popular toma o poder em 1944. Em 1952, lidera um golpe de estado e impõe a ditadura. Nela, Batista atrai investimentos norte-americanos, que beneficiam uma pequena parte da população, fazendo com que cresça a oposição ao governo e rebeldes liderados por Fidel Castro ataquem o quartel de La Moncada, em 1953 – fato que combinará ação política rebelde com militar organizada.

⁵ “o anexionismo define-se como uma tendência constante, nos Estados Unidos, desde o início do século” (Fernandes, 1979, p.39)

Todavia, Fidel é preso e condenado a 15 anos de prisão pela primeira tentativa de derrubar a ditadura de Batista – na prisão fundou o Movimento 26 de Julho (M-26-7) - e ao ter cumprido apenas 20 meses é beneficiado pela anistia e em maio de 1955, é libertado e exila-se no México reorganizando a revolta. Ao retornar, instala-se com seu grupo rebelde na Sierra Maestra, onde sua luta chega ao fim em 01 de janeiro de 1959 ao tomar Havana.

Como uma metrópole, os EUA abasteciam Cuba com bens de consumo, duráveis, produtos semi-manufaturados, alimentos, crédito, petróleo. Cuba por sua vez, enviava sua produção açucareira com tarifas preferenciais negociadas com os EUA. Ainda, “[e]sse novo colonialismo não passava pela dominação centralizada aos níveis econômico, cultural e político. Ele se fundava em controles indiretos, criados pelos mecanismos de mercado e do desenvolvimento capitalista ou pelos dinamismos da incorporação e da satelização. Desse ângulo, Cuba foi convertida em apêndice segmentar e especializado dos Estados Unidos.” (Fernandes, 1979, p.42)

Deve-se levar em consideração que o pensamento nacionalista e universal de Martí impregnou os conteúdos ideológicos do processo revolucionário que triunfou na Revolução de 1959, e que está em pé de igualdade com outros pensadores revolucionários clássicos. E unindo-se à frustração da revolução de 1933, a revolta provocada pela ditadura de Batista, o anti-imperialismo, fez com que fossem geradas condições históricas que favoreceram os movimentos contrários à ordem social e neocolonial⁶ vigentes, fazendo com que a Revolução Cubana se tornasse uma revolução de todas as classes, atendendo as classes possuidoras de riqueza e o proletariado, trazendo a idéia de uma ordem social totalmente nova e socialista.

Portanto, entende-se que a substância democrática e popular da Revolução Cubana era exercida pelo ideário nacionalista e patriótico, provinda da estrutura revolucionária que pretendia a neutralização da dominação externa ou mesmo seu fim. Já que os interesses estadunidenses amparavam-se no poderio militar, diplomático e político

⁶ “Conjunto de relações econômicas, políticas e culturais que mantém grande número de ex-colônias da África e da Ásia dependentes de suas ex-metrópoles ou de outras nações industrializadas. O termo passou a ser usado depois da Segunda Guerra Mundial, quando se intensificou o processo de descolonização da África, mas é empregado também para caracterizar os laços de subordinação econômica do conjunto de países da África, Ásia e América Latina em relação aos países ricos. Nesse aspecto, a questão do neocolonialismo liga-se ao do subdesenvolvimento e ao processo internacional de divisão social do trabalho, que coloca em nível de desigualdade os países dos hemisférios norte e sul.” (Sandroni, 2002, p.421)

satelitizando Cuba e privando-a de qualquer soberania. Contudo, o fim da ordem anteriormente vigente, deu-se com a constituição do governo revolucionário, após os setores liberais burgueses tentarem destruir a revolução de dentro do governo e os contra-revolucionários aliarem-se aos imperialistas – como ocorreu na tentativa de invasão na Baía dos Porcos.

Com o sucesso da revolução - ajudada principalmente pelos camponeses, que faziam aquilo que os rebeldes não poderiam fazer, como vigiar o inimigo, levar e trazer informações sem despertar suspeitas - os revolucionários deveriam buscar sua natureza, profundidade histórica e rumo político. Sem isso, a revolução estancaria num patamar burguês, nacional-democrático, tomando rumos capitalistas, mas sabia-se que isso não era possível, pois uma revolução do povo e pelo povo esmagaria a burguesia, estrangeira ou mesmo nacional, visto que para libertar a nação e criar um estado democrático verdadeiro, a revolução deveria ser anticapitalista.

Então, a partir da Revolução Cubana de 1959, o modelo de educação e saúde implantado pelos revolucionários elevou o padrão de vida da população. Os setores da educação e saúde passaram inteiramente a ser gratuitos e de responsabilidade do Estado. Tal gratuidade compreendia na obrigatoriedade de concluir até o 6º grau escolar, na alimentação e no material escolar necessários. O Ministério da Educação em 1966 instituiu uma escola secundária na zona rural na província de Matanzas em que os estudantes dedicavam meio período às aulas e meio período ao trabalho no campo, notou-se no fim do primeiro ano que o rendimento nessa escola era superior às secundárias urbanas.

Quanto à saúde, no começo da revolução, o setor enfrentava dificuldades, pois até o fim de 1960 a metade dos médicos asilou-se nos EUA. O serviço médico, sua indústria e os medicamentos tornaram-se de inteira responsabilidade do Estado, iniciando uma campanha de incentivo ao estudo da medicina entre os jovens enquanto o Ministério da Educação reestruturava os cursos nas faculdades. Mas o que deve ser levado em conta é que a revolução não foi imposta por um fator alheio à realidade interna do país, sendo consequência de suas contradições, de uma luta de séculos. Afinal, “[a] revolução socialista precisou atacar múltiplas causas, que se opunham à sua existência e à sua vitória; e foi com muito denodo e com muito amor que os cubanos lograram obter o conjunto de mínimos econômicos, sociais, culturais, políticos e militares que permitem *iniciar* a

organização das forças produtivas e da sociedade em bases socialistas.” (Fernandes, 1979, p.98)

Entretanto, ao tratar-se da economia e do desenvolvimento do país, Ernesto Che Guevara acreditava que uma economia descentralizada poderia reforçar os objetivos da revolução. Com o tempo, e o pouco investimento que a URSS posteriormente daria, a industrialização cubana foi afastada.

2.1 REFORMA AGRÁRIA E A NACIONALIZAÇÃO DA TERRA

O Movimento 26 de Julho e a Revolução Cubana contribuíram para a modificação da visão dos problemas, com isso, o exército rebelde transformou a revolução cubana em uma revolução socialista, e no centro, a reforma agrária. Mas não uma reforma qualquer, já que uma reforma agrária é uma medida revolucionária, pois rompe o equilíbrio do poder político, expropriando latifúndios e tornando-os acessíveis ao povo. “Assim, o ano de 1961 compele o governo revolucionário a defrontar-se com o novo salto histórico, que devia ser dado na direção do planejamento social.” (Fernandes, 1979, p.106)

Portanto, a reforma agrária tornou-se a principal meta da revolução e quando esta triunfou, o governo revolucionário tomou medidas radicais em se tratando de reformas econômicas, sociais e políticas. Tais medidas culminaram na Primeira Lei de Reforma Agrária de 17 de maio de 1959, na Lei de Nacionalização de Vinte e Seis Empresas Norte-Americanas de 06 de agosto de 1960, na Lei de Nacionalização Geral de 13 de outubro de 1960, na Reforma Urbana de 14 de outubro de 1960, na Lei de Nacionalização do Ensino de 06 de junho de 1961 e na Segunda Lei de Reforma Agrária de 03 de outubro de 1963.

A Lei de 17 de maio de 1959 trouxe importância ao desenvolvimento econômico e à erradicação da miséria (ou pelo menos a sua socialização), combatendo os latifúndios, distribuindo as terras entre a população agrícola e por conseqüência, aumentando os postos de trabalho, melhorando os sistemas sanitário, educacional e econômico. Estimulava tanto a iniciativa privada quanto os pequenos colonos, as cooperativas agrícolas e nacionalizava legalmente em curto prazo as terras de estrangeiros.

Estas leis que foram criadas como forma de solucionar o problema do subdesenvolvimento, transformaram o país estatizando os latifúndios, as açucareiras estrangeiras e as indústrias. Os EUA não acolheram com simpatia estas leis, enviando nota diplomática lamentando que o governo revolucionário não tenha reservado espaço para que os proprietários das terras, indústrias e empresas manifestassem seus interesses. A população passou a ser dona das casas em que moravam, nasceram as granjas e cooperativas agrícolas estatais, energia elétrica e telefonia passaram ao controle estatal, construíram-se escolas e casas. Os efeitos de longo prazo elevaram o antagonismo das classes, aumentando a autodefesa cubana e dando projeção à reforma agrária.

Em pouco tempo, ainda no início do governo revolucionário, o Estado passou a interessar-se pelas terras que alguns colonos receberam na reforma agrária, comprando então, tais terras de volta. Pela venda o colono recebia um pagamento através de prestações mensais, recebia emprego e casa própria no plano agropecuário a ser instalado nas terras que vendeu para o Estado.

Quando a reforma agrária foi planejada, pensava-se em justiça social, que nada mais era que a redistribuição das terras, a criação de um mercado e a diversificação da agricultura, visando sempre o interesse popular. O planejamento da reforma agrária criou o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), as cooperativas agrárias – que eram administradas pelo INRA e constituídas por colonos e trabalhadores agrícolas – e as zonas de desenvolvimento agrário – meio facilitador de realização da reforma agrária. Transformar os latifúndios em cooperativas permitia a conservação das técnicas da grande empresa agrícola facilitando as mudanças concentradas e aceleradas na agricultura e também, ilustra a total ruptura com o passado neocolonial, sendo sua principal preocupação a eficácia econômica, visando a diferenciação na produção, seu aumento e o incremento do excedente econômico, visando o bem-estar coletivo com o objetivo de conquistar divisas no mercado internacional.

A intenção de prejudicar a revolução pelos grandes criadores de gado, grandes produtores de açúcar e do Congresso norte-americano no início da década de 1960 forçou o governo revolucionário ao confisco das terras das centrais açucareiras e de propriedades estrangeiras e da burguesia cubana. Essas medidas aceleraram a reforma agrária, exigindo

políticas econômicas agressivas que neutralizassem sócio-econômica e politicamente a contra-revolução (Leis nºs 851 e 890 e a 2ª Lei da Reforma Agrária de 13 de outubro de 1963), transformando a reforma agrária em uma das mais completas experiências de socialização da agricultura na história moderna, segundo Florestan Fernandes (1979).

Entretanto, havia uma contradição entre o desenvolvimento econômico, a experiência socialista e as perspectivas de crescimento das cooperativas, visto que necessidades políticas e econômicas voltavam-se para a centralização estatal. A industrialização cubana em ritmo acelerado e o fracasso da safra de 1970 levaram Cuba a uma experiência não bem sucedida, para implantar o modo socialista de produção, Cuba deveria tornar-se primeiramente uma economia agrícola, mostrando ao povo que existem sacrifícios de curto e longo prazos para efetivar as potencialidades econômicas de um país que viveu durante séculos em regime de dominação imperialista.

A socialização da agricultura encerrou esse ciclo com a safra de 1970, começando outro que possivelmente terminará com as deficiências que não são formas socialistas de produção e que surgiram das tensões a que os trabalhadores e a própria agricultura foram submetidos para que a base econômica erguida sob o socialismo obtivesse sucesso.

Graças à sociabilidade comunitária as vantagens relativas da Revolução Cubana – mobilização de recursos materiais e humanos, centralização e coordenação globalizadas – alcançaram seu auge através do contexto histórico e político da revolução. Tal fato mostrou que o mal que afligia a população cubana vinha do neocolonialismo imposto pelos EUA.

3 POLÍTICAS DOS EUA E CUBA

3.1 POLÍTICA EXTERNA E INTERNA DOS EUA

Os EUA são a única nação com interesses econômicos, políticos e militares em todo o mundo, inclusive no espaço. Como a maior estrutura hegemônica do mundo, podemos entender os objetivos de sua política externa e compreender o cenário mundial através da evolução da história a partir da Segunda Guerra Mundial.

Sua hegemonia (militar, ideológica, política e econômica) no pós-guerra era incontestável, inclusive superior a do Bloco Socialista. Forças militares norte-americanas ocupavam a Europa Ocidental e o Japão, controlando os espaços aéreos e oceânicos. Enquanto o Velho Mundo recuperava-se dos sofrimentos e mazelas causados pela guerra, os EUA não precisavam recuperar sua economia, e a quantidade de perdas humanas eram ínfimas frente às perdas européias e asiáticas. Além disso, os EUA detinham o monopólio da bomba atômica, demonstrando a intenção de usá-la.

Com mais de 60% da produção mundial e com mais de 50% das reservas de ouro, os EUA conseguiam mobilizar política e ideologicamente grande parte do mundo. Ao vencerem o avanço nazi-fascista, os norte-americanos reforçaram a visão de que a maneira democrática estadunidense de viver era ideal, acreditam na sua capacidade de reformar o mundo de acordo com sua posição ideológica.

Aspectos demográficos, históricos, geográficos, econômicos e políticos intrínsecos à sociedade norte-americana influenciam e estabelecem as diretrizes de sua política externa.

A distância que existe fisicamente entre os EUA e outras potências mundiais proporcionou aos norte-americanos o sentimento de que seu país era uma “fortaleza militarmente inexpugnável” (Guimarães, 1999, p. 75), juntamente com o nível educacional de sua população, as condições elevadas de saúde, o nível de produtividade, a capacidade de acolher imigrantes vindos de países econômica e politicamente oprimidos e realocá-los

em pontos estratégicos, a mobilidade social, a capacidade de movimentar-se pelo país, objetivando uma sociedade democrática pretendente à terra das oportunidades e liberdades, baseada num sistema eleitoral com interesses distritais, trouxeram dinâmica de mercado com baixa ou nenhuma dependência externa, dando base tanto estrutural quanto conjuntural para que a política interna determinasse a política externa estadunidense.

É necessário reconhecer que os norte-americanos são organizados sob a estratégia ideológica que sua sociedade tem de si mesma em relação a outros povos. Com um breve resumo das estratégias norte-americanas a partir da Segunda Guerra Mundial, poderemos entender porque os EUA são a maior potência hegemônica no mundo e quando algumas dessas estratégias foram transpostas.

Segundo Guimarães (1999), sobre a estratégia militar estadunidense podemos dizer que os EUA procuram impedir o renascimento do nazi-fascismo e das ocupações militares japonesas; impedir que surja qualquer potência militar capaz de contestar e gerar conflitos com a hegemonia estadunidense; manter o território norte-americano intransponível para os inimigos (transposta pelo atentado terrorista de 11 de setembro); proteger seus interesses em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (se necessário pelo uso da força) para assegurar, principalmente, seu abastecimento de petróleo (Sadam Hussein); ser capazes de intervir militarmente em qualquer lugar do mundo rapidamente; conter o avanço comunista (fim do Bloco Socialista no início da década de 1990); possuir e desenvolver alta tecnologia em armamentos que substituam o uso de força convencional; e reduzir eventuais perdas humanas norte-americanas em combates.

De acordo com Guimarães (1999), a respeito da estratégia política estadunidense podemos dizer que os EUA procuram estabelecer uma organização política internacional (Organização das Nações Unidas - ONU), de esfera mundial, que garanta o direito de veto estadunidense em suas decisões, prevalecendo a opinião do governo norte-americano sobre qualquer resolução internacional; estabelecer a permanência de governos em outros países que assegurem e legitimem os interesses (políticos e econômicos) norte-americanos; estimular movimentos políticos contrários aos governos opositores à política estadunidense.

Ainda de acordo com Guimarães (1999), a respeito da estratégia econômica estadunidense podemos dizer que os EUA procuram estabelecer um sistema econômico internacional que assegure o livre comércio de bens, serviços e capital; proteger a economia norte-americana da competição estrangeira (protecionismo – a questão do aço em 2001-2002); influenciar outros Estados a adotar normas e instituições políticas e econômicas da mesma linha ideológica estadunidense; assegurar o acesso às fontes de matérias-primas para fomentar a economia norte-americana; assegurar a liberdade das empresas norte-americanas em outros países; e impedir a transferência de tecnologia a outras nações.

No que refere-se à estratégia ideológica estadunidense como Guimarães (1999) afirma, podemos dizer que os EUA procuram assegurar a implantação do *american way of life* em todas as regiões do mundo; divulgar sua ideologia através da elite de outros países; assegurar o controle estadunidense em órgãos internacionais; assegurar que o modelo socialista está sendo banido das sociedades; e assegurar a divulgação mundial do modelo democrático, étnico, social, religioso e econômico dos EUA como sendo do ideário humano.

Para seu próprio povo, os dirigentes norte-americanos aplicam em sua política interna e externa tanto a *realpolitik* – “a noção de que as relações entre os estados determinam-se pelo poder bruto e de que os poderosos prevalecerão” (Kissinger, 1999, p.110) – quanto a total democracia.

Quanto ao avanço comunista, os EUA tiveram que rever este aspecto de sua política, pois não viam-se mais como protetores do anticomunismo, visto que o movimento comunista internacional, após o desaparecimento do Bloco Socialista no início dos anos 1990, já não era considerado uma ameaça e suas intervenções militares não mais justificavam-se. Portanto, os EUA não precisavam mais manter relações com ditaduras, aumentando sua liderança moral no mundo, já que consideram-se o país das oportunidades, da liberdade, da democracia.

3.1.1 Política dos EUA para Cuba

O imperialismo estadunidense pretendia com Cuba mais que uma expansão territorial, mas a manutenção de sua política intervencionista. Os EUA apoiavam governos ditatoriais latino-americanos como o de Batista, que empregavam a violência contra sua própria população, pois não encontravam imoralidade alguma no fato, “porque os comunistas são traidores”(Chomsky, 1998, p.57).

A política dos EUA para Cuba tem como objetivos principais, legitimar sua política externa para que a Ilha, e outros países latino-americanos possam contar com a *boa governança* estadunidense, em que possam manter regimes democráticos ou não, sob sua liderança hegemônica. Não importa se Fidel Castro é um ditador ou não, se governa bem ou mal o seu país, para os EUA importam se Fidel Castro obedece ou não seu poder imperialista. Se obedece, não faltará (aparentemente) nada ao governo cubano, como acontecia na época de Batista, quando a população era analfabeta, o índice de mortalidade infantil era elevado, mas o governo estava bem, o açúcar era vendido e o país abastecido de bens de consumo e duráveis. Se não obedece, acontece o embargo, a proibição, a perseguição, a propaganda de que em Cuba todos sofrem repressões e mazelas causadas pelo governo, mas não mostra verdadeiramente o autor dos fatos.

A seguir, serão mostradas, brevemente, algumas medidas adotadas pelo governo norte-americano para Cuba entre 1953 e 2000, segundo o site cubavsbloqueo.

3.1.1.1 Dwight D. Eisenhower (1953-1959-1961), republicano.

Sua agressiva administração manifestou-se desde a vitória do Exército Rebelde em primeiro de janeiro de 1959, acolhendo os colaboradores da ditadura de Batista. Colocou em andamento várias ações contra Cuba, dentre elas destacam-se a suspensão da cota de açúcar e o rompimento das relações diplomáticas, sendo esta última a apenas três semanas do término de seu mandato.

3.1.1.2 John Fitzgerald Kennedy (1961-1963), democrata.

Ordenou o embargo total em 07 de fevereiro de 1962, dando início às medidas que consolidaram a política de embargo político, econômico, comercial e financeiro a Cuba, promovendo seu isolamento. Foi em seu mandato que ocorreu a invasão à Baía dos Porcos em que pretendia apoderar-se militarmente da Ilha. Essa invasão foi contida pela própria população.

3.1.1.3 Lyndon B. Johnson (1963-1969), democrata.

Pôs em prática várias iniciativas de caráter extraterritorial contra a população cubana. Utilizou os alimentos como arma política ao proibir seu embarque para Cuba. Dificultou ainda mais o transporte marítimo de mercadorias para Cuba, pressionando países europeus. Buscou interromper o comércio de níquel cubano entre a Europa Ocidental e URSS.

3.1.1.4 Richard M. Nixon (1969-1974), republicano.

Apesar da guerra contra o Vietnã, intensificou o embargo contra Cuba. Todo transporte de mercadorias que utilizavam o níquel cubano em sua produção foi proibido. Foi um mandato hostil com relação a Cuba, com conspirações para assassinar Fidel Castro⁷.

⁷ A idéia foi abandonada pois quebraria o prestígio que os EUA haviam conquistado na Segunda Guerra Mundial, criando mais problemas, visto que seria um ato de guerra que violava tratados internacionais de convívio pacífico.

3.1.1.5 Gerald R. Ford (1974-1977), republicano.

Durante esta administração, destacaram-se a revisão das Regulamentações de Controle sobre Ativos Cubanos para estabelecer políticas de aprovação de licenças e para a realização da primeira viagem de negócios entre investidores norte-americanos e Cuba.

3.1.1.6 James E. Carter (1977-1981), democrata.

Esta administração preservou algumas medidas adotadas pelo presidente anterior, abrindo espaço em áreas desligadas do embargo, mas manteve-se o andamento da guerra econômica contra Cuba. Com um governo debilitado, não gerou políticas a respeito de Cuba, extinguindo supostas flexibilizações quanto ao embargo. E no final do mandato, tentou promover o descrédito internacional de Cuba.

3.1.1.7 Ronald W. Reagan (1981-1989), republicano.

Coube a esta administração, restaurar a hegemonia estadunidense no mundo, aumentando as tensões em relação a Cuba. Só não foram retiradas as medidas de ajuste do embargo das administrações Ford e Carter, mas novas disposições foram implantadas para acirrá-lo, como a propaganda subversiva para desestabilizar o governo revolucionário.

3.1.1.8 George H. W. Bush (1989-1993), republicano.

Continuou a política adotada por Reagan, em que aprovou a Lei Torricelli, reforçando o caráter extraterritorial do embargo, e estabeleceu uma série de condições para desenvolver uma política diferente, aproveitando a queda do Bloco Socialista, impondo-lhes restrições quanto ao desenvolvimento da sociedade cubana. Na prática, esta *política*

diferente travava-se do desenvolvimento econômico de Cuba, impondo ao bloco soviético momentos de crise e de desmembramento, fazendo com que Cuba perdesse seu maior aliado comercial. Bush fracassou ao querer ser o primeiro presidente dos EUA a entrar em Cuba depois da Revolução de 1959.

3.1.1.9 William J. Clinton (1993-2000), democrata.

Esta administração deu passos fundamentais na internacionalização do embargo. Foi aplicada a Lei Torricelli, e a Lei Helms-Burton foi aprovada. Destacou-se pela política intervencionista, já que a Lei Torricelli previa a assistência em apoio ao advento da democracia através de organizações não-governamentais instaladas em Cuba. Aplicou sanções econômicas extraterritoriais e auxiliou a contra-revolução em Cuba.

3.1.2 Considerações Gerais

Durante todos os mandatos continuou-se fazendo políticas a respeito do embargo por causa dos cubanos que vivem nos EUA e daqueles que tiveram seus bens desapropriados pelo governo fidelista. Assim o governo cubano começou a explorar economicamente seus avanços tecnológicos, sua produção de açúcar e seu turismo para abrandar os efeitos do fim da assistência soviética.

3.2 POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

Fidel Castro defendia não somente a formação de um bloco neutro na América Latina mas também a idéia de formar grupos contra governos ditatoriais. Tal fato alarmou o governo norte-americano, que via nesta política uma espécie de “estado de guerra fria” (Bandeira, 1998, p.190) tanto na América Latina quanto no Caribe como tentativa de

desestabilizar a região, visto os interesses econômicos, políticos e militares dos EUA. Estes interesses dependiam da preservação do *status quo* existente anteriormente à revolução.

O planejamento dessas guerrilhas, apesar de estarem em estado preliminar, mostrava-se preocupante. O Departamento de Estado norte-americano convocou uma reunião com os países da América Central e Caribe para dissuadir esses propósitos. Os EUA intitularam-se responsáveis pela preservação do *status quo ante* tentando conter o comunismo e o anti-americanismo, pois Cuba abalava os interesses estadunidenses, ainda mais porque pretendia neutralizar-se sobre o conflito Leste-Oeste.

O que o governo revolucionário buscava era evitar a bipolaridade da Guerra Fria, sendo além de esquerda, direita ou centro, talvez uma terceira via, talvez social-democrata, mas certamente cubana, em que não impedia a liberdade nem o necessário à sobrevivência da população. Entretanto, a reforma agrária e a nacionalização da terra colidiam com os propósitos norte-americanos, mesmo assim o plano revolucionário foi executado e dele vieram a abolição do latifúndio, a criação de cooperativas e zonas de desenvolvimento.

Com os interesses das empresas norte-americanas sendo afetadas, o Departamento de Estado dos EUA enviou nota diplomática manifestando simpatia às metas revolucionárias mas lamentava que seus interesses não tiveram oportunidade de manifestar-se contra. Esta nota teve o objetivo de intimidar o governo revolucionário devido à profundidade das relações dependentes de Cuba em relação aos EUA. Mesmo assim, Fidel não vira razão para dar atenção a esses interesses mostrando mais claramente os objetivos da revolução. O *status quo ante* cubano provocou a reação de Fidel. Com isso, os EUA sentiram que apesar de querer figuradamente cooperar com a revolução e vendo seus interesses prejudicados “suspenderam licenças de exportação de equipamentos de combate, armas e munições para a zona do Caribe, especialmente Cuba, de cujo território, entre abril e junho de 1959, as expedições, lá organizadas” (Bandeira, 1998, p.200) saíram. Estas expedições tinham o objetivo de derrubar ditaduras na América Central, mas mostraram-se obsoletas aumentando as tensões no Caribe.

Entretanto, a posição moral e política do governo revolucionário tornou-se, internacionalmente, bastante vulnerável, na medida em que ele desrespeitara o princípio de não-intervenção nos assuntos internos de outros estados, enquanto exigia dos EUA respeito à sua soberania nacional, como o fizera na resposta à nota diplomática encaminhada por Bonsal [Philip W. Bonsal,

diplomata de carreira dos EUA em Cuba à época], por causa da Lei de Reforma Agrária. (Bandeira, 1998, p.201 e 202)

Apesar do prestígio de Fidel Castro na América Latina, infelizmente a situação cubana, tanto interna quanto externamente começou a complicar-se. Crescendo dentro do governo dos EUA a idéia de instruir a Agência Central de Inteligência (CIA) a treinar exilados cubanos a invadir Cuba e destruir a idéia comunista que passava a implementar-se no país. Entretanto, “o governo Eisenhower, oficialmente, nada decidiu, em larga medida por causa das ponderações de Bonsal, favorável à manutenção do diálogo.” (Bandeira, 1998, p.204). Porém, Fidel indagava sobre o disfarce contra-revolucionário que chamava-se anticomunismo, e então, tratou de irromper a crise declarando o caráter marxista-leninista da revolução.

O governo revolucionário sabia que Cuba não tinha condições de combater o EUA diretamente, mas as milícias compostas pela população cubana continuariam a resistir ao poderio estadunidense. Assim, os revolucionários organizaram o Estado Cubano, que passou a contar com os Comitês de Defesa da Revolução (CDR), pois o povo garantia a revolução. Portanto, foram instituídas as milícias populares, orientando sua política externa que objetivava uma aproximação com os países do Bloco Socialista.

O reatamento de relações diplomáticas com a URSS e o reconhecimento da República Popular da China, a fim de viabilizar acordos de longo alcance com o Bloco Socialista, constituiriam as principais iniciativas de Cuba no curso de 1960, conforme a CIA e os demais serviços de inteligência do governo norte-americano previram, em dezembro de 1959, quando avaliaram que Fidel Castro tinha chance de continuar no poder ao longo do próximo ano, a menos que fosse assassinado, o que poderia acontecer “*any time*”, produzindo imediato e drástico efeito sobre a estabilidade política de Cuba, pois Che Guevara e Raúl Castro assumiriam o poder e o país entraria em um período de violentos levantes e terrorismo. (Bandeira, 1998, p.211 e 212)

Manter comércio com a URSS não foi considerado tão sério quanto o neutralismo de Fidel, que articulava a realização de uma conferência entre países subdesenvolvidos com sentido nítido de ser anti-imperialista. Os EUA agiram com cautela nesta questão apesar de nunca, até então, terem provado o gosto das expropriações de terras de empresas norte-americanas e ameaças soviéticas tão de perto.

Eisenhower, sob pressão interna (Congresso, Forças Armadas) e com a opinião pública instigada pela propaganda anticastrista (a revolução havia prejudicado a economia estadunidense com as desapropriações de bens norte-americanos), assumiu posição de

confronto com o governo revolucionário. Exigiu que este indenizasse em moeda corrente (dólar) as propriedades norte-americanas afetadas pela reforma agrária, empenhando-se em evitar que a Europa Ocidental ajudasse o governo cubano com a venda de armas. Fazendo com que o governo revolucionário buscasse ajuda em meio ao Bloco Socialista, o que seria interpretado como uma ruptura de acordos pós-Segunda Guerra Mundial.

Apesar da URSS ter uma grande produção açucareira, foram motivos políticos os que fizeram com que se interessasse por Cuba. Para sustentar a Ilha, a URSS deveria dispor de aproximadamente 0,2% de seu Produto Interno Bruto (PIB). Segundo,

o embaixador Miguel A. Ozório de Almeida, chefe do Secretariado Técnico de Análise e Planejamento do Itamaraty, avaliou que a cessação do comércio com os EUA deveria, *coeteris paribus*, destruir os fundamentos da economia cubana, reduzindo-a a níveis abaixo dos mínimos compatíveis com a subsistência de sua população, mas, ressaltando que um boicote dos países latino-americanos pouco a afetaria, ponderou que a URSS dispunha de meios e recursos para sustentá-la nos níveis tradicionais. (Bandeira, 1998, p.221)

Os EUA não acreditavam que a URSS tomaria essa decisão, o que o primeiro-ministro Nikita Kruchev queria era criar o máximo de dificuldades para os EUA sem muito alarde, pois também interessava-se pela coexistência pacífica que a Guerra Fria ostentava. Fidel não estava disposto a aceitar de governos estrangeiros métodos para conduzir Cuba que divergissem daqueles dispostos após a revolução. Com Cuba apoiada pela URSS, os EUA trataram de promover um movimento simpatizante e amigável aos EUA dentro da Ilha a fim de deteriorar o regime revolucionário cubano, pois a ruptura das relações econômicas EUA-Cuba faria com que Fidel caísse, o que de fato nunca ocorreu.

4 O EMBARGO ECONÔMICO

Por causa de supostas ameaças de que o comunismo espalharia-se pelo continente americano e como uma das estratégias políticas estadunidenses é manter sua posição hegemônica, o governo dos EUA decidiu embargar a Ilha para que ao sentir as elevações nos índices de subdesenvolvimento, o governo cubano retrocedesse devolvendo aos empresários norte-americanos e cubanos as propriedades estatizadas e as terras perdidas com a reforma agrária.

Esse tipo de embargo serve para justificar a imposição estadunidense em equilibrar as relações mundiais de acordo com sua ordem, impedindo que nasça uma nova ordem em que qualquer povo tenha as mesmas relações de direito e igualdade que exercem as potências mundiais nas decisões internacionais.

O governo estadunidense utilizou sua ideologia para mostrar que o modelo socialista de produção usurpava a liberdade e que o modo de viver norte-americano mostrava-se defensor dessa liberdade e da democracia, da igualdade social, econômica, ou seja, um meio naturalmente bom de viver.

O embargo iniciou-se com a vitória da Revolução Cubana em 1959 e implementou-se com decisão em 1962. O que provocou a decisão de embargar a Ilha foram as atitudes do governo revolucionário em anular a Emenda Platt⁸, nacionalizar empresas estrangeiras e fazer a reforma agrária. Entretanto, este embargo foi imposto aos poucos, pois primeiro os EUA eliminaram a cota de açúcar, em seguida interromperam o envio de petróleo, e finalmente, o que culminou no embargo, foi Fidel Castro declarar o caráter marxista-leninista da revolução, rompendo os laços que ainda poderiam existir entre o dominador (EUA) e o dominado (Cuba). Em pouco tempo, a posição estadunidense em embargar a economia cubana foi aceita por quase todos os países latino-americanos, exceto o México.

⁸ Acordo que reconhecia o direito norte-americano, desde a independência cubana da Espanha, de controlar a política e a economia da Ilha nos momentos em que os EUA julgassem interessantes.

O embargo consiste em impedir que investidores norte-americanos façam negócios na Ilha, pois fazendo, o governo estadunidense eleva as taxas cobradas nas transações e impede que estes investidores mantenham seus negócios nos EUA. Além de fazer com que a Ilha receba menos pelo que vende, pague mais pelo que compre, elevando também os custos de transporte.

Com o embargo, Cuba teve que desenvolver seu comércio com os países socialistas, e esse comércio até certo ponto era deveras parecido com o que existia entre os países capitalistas e países em desenvolvimento, mesmo com câmbio desigual e diferenciação de preços, mostrando que o embargo é pouco efetivo no isolamento comercial da Ilha.

Segundo Magnoli,

Após a tomada do poder, entre 1959 e 1962, desenvolveu-se a segunda fase da Revolução Cubana. A transição, concluída pelo alinhamento completo de Havana com Moscou, foi movida muito mais pela lógica do conflito geopolítico da Guerra Fria que pela vontade de Fidel Castro. Fidel não pretendia nem a estatização da economia nem a subordinação ao bloco soviético. Contudo, o cerco econômico e político norte-americano empurrou o governo revolucionário para o campo soviético. (Magnoli, 2000, p.258)

Apesar do embargo e através da ajuda soviética, Cuba passou a ter certa estabilidade econômica, avançou em melhorias sociais, tecnológicas e educacionais; foi assim que o poder revolucionário tornou-se mais forte, conquistando a confiança da população.

Como já fazia parte dos planos norte-americanos embargar Cuba, uma sucessão de fatos⁹ rompeu definitivamente o relacionamento entre os dois países, fazendo com que a Ilha proclamasse a revolução socialista, que no início nem era socialista nem comunista, pois abrigava todas as classes que opunham-se ao regime ditatorial de Batista – que era aliado do regime imperialista estadunidense – aliando-se ao Bloco Socialista.

Em 1960, os EUA romperam suas relações econômicas com Cuba. Como a URSS sempre mostrou-se solidária com a Revolução Cubana desde o início, a existência

⁹ Suspensão da cota de açúcar, corte de créditos, interrupção do refino do óleo vindo da URSS por empresas norte-americanas, as expropriações, a reforma agrária, a nacionalização da terra e de empresas estrangeiras.

do embargo fez com que 85% do comércio cubano fosse feito com o Conselho de Assistência Mútua entre Países Socialistas (COMECON). É entendido que ao declarar o caráter marxista-leninista da Revolução, ocorreu a ruptura. Houve uma migração em massa para os EUA, onde os proprietários de meios de comunicação, latifundiários, médicos e outras classes abastadas deixaram Cuba imaginando que voltariam em pouco tempo junto com o regime imperialista restaurado.

Em 1962, o círculo se fechava. [o Congresso norte-americano aprova a Lei da Democracia de Cuba] Cuba era expulsa da OEA e os Estados latino-americanos rompiam relações com Havana. O episódio da Crise dos Mísseis terminava, em outubro, com o recuo soviético, trocado pelos compromissos secretos assumidos por Washington de retirada dos mísseis Júpiter baseados na Turquia e de abstenção de invasão da ilha. Formalizava-se o ingresso de Cuba no espaço geopolítico soviético, ao mesmo tempo em que era reafirmada a hegemonia militar norte-americana no Caribe. (Magnoli, 2000, p.258)

Para o Departamento de Estado dos EUA buscar informações sobre o governo cubano em questões militares, políticas e mesmo econômicas reduziram-se devido às restrições¹⁰ impostas por Cuba aos funcionários norte-americanos a determinadas áreas políticas e militares, o que levou ao rompimento das relações diplomáticas com os EUA.

De fato, haviam planos de represália para deteriorar o novo regime cubano, por exemplo, assassinar Fidel Castro. Com a entrada de Kennedy na presidência dos EUA, a idéia de invadir ofensivamente a Ilha com tropas estadunidenses e assassinar Fidel Castro foi abandonada, depois da invasão frustrada à Baía dos Porcos. Afinal, os EUA estariam desmoralizando e violando acordos que eles mesmos idealizaram.

O embargo econômico a Cuba consiste na idéia de manter esse país que antes estava sob um regime imperialista sem meios de desenvolver-se, isolado do resto do mundo e impossibilitado de crescer, mesmo assim, ao longo dos anos vários países que não pertenciam ao Bloco Socialista passaram a fazer comércio com a Ilha.

Em 1989, a crise em que inseriu-se a URSS trouxe a queda das trocas comerciais com Cuba. Tal crise, que levou ao fim o Bloco Socialista e a extinção do comunismo soviético, fez com que o governo norte-americano deixasse de pensar na URSS como inimiga, buscando inimigos de forma difusa no terrorismo, no narcotráfico, mostrando que

¹⁰ Tais restrições justificam-se pelo elevado número de funcionários estadunidenses em Cuba, o que dava a entender que tratava-se de um meio de espionagem e cooperação com a contra-revolução.

esse não era o motivo de embargar Cuba, e sim, que os EUA não aceitam que um país dependente de sua superioridade hegemônica pudesse ser uma nação soberana e independente de seus moldes políticos.

Críticas ao embargo não faltam, pois em várias assembléias entre 1992 e 1996, a ONU exigiu o fim das medidas coercitivas impostas pelo governo estadunidense, mais de 137 países votaram para que no embargo fosse colocado um fim. Tais assembléias não tiveram o efeito esperado. Em março de 1996, o Congresso norte-americano acirrou mais ainda o embargo aprovando a Lei da Liberdade ou Lei Helms-Burton.

Alguns norte-americanos (empresários) reclamam da decisão de seu governo em manter o embargo econômico contra a Ilha, os motivos consistem em esclarecer que este embargo só existe na política estadunidense, pois na prática, vários países furaram o embargo, justificando a perda de possíveis negócios norte-americanos em Cuba. Sabe-se da quantidade de países que cada vez mais instalam-se na Ilha fazendo parceria com empresas cubanas, e de empresários norte-americanos que buscam outros meios de fazer comércio com Cuba, assinando cartas de intenção e mesmo fazendo negócios por intermédio de outros países. Existe em parte do legislativo dos EUA, entre os intelectuais norte-americanos e também entre sua população, a vontade de findar o embargo para que iniciem-se diálogos entre os governos dos dois países, entretanto, grande parte dos políticos norte-americanos não vêem condições de dar este passo.

4.1 CUBA E A URSS, A PARCERIA APÓS A REVOLUÇÃO

Atribuiu-se o embargo à manutenção da “Guerra Fria”, pela crença de dois sistemas contrários (o socialismo, representado pela URSS, e o capitalismo, representado pelos EUA), de modo que as relações internacionais estariam divididas em dois pólos, a chamada bipolarização. Deste modo, o maniqueísmo passou a ser a justificativa do imperialismo estadunidense, em que seriam os EUA os predestinados (o bem) a conter o avanço do comunismo (o mal). Essa era a justificativa norte-americana, mas não podemos tomá-la como verdade absoluta, já que essa conduta estadunidense existia antes mesmo da

Revolução Cubana, portanto, a postura imperialista já era adotada e não justifica-se, de acordo com a história, pela manutenção da “Guerra Fria”.

O comportamento do povo cubano aceitando as medidas populares conquistadas pela Revolução ajudou os EUA a pressionar o governo revolucionário, quebrando acordos em que comprometiam-se a comprar as cotas de açúcar estabelecidas, enviando petróleo, bens de consumo e produtos semi-manufaturados. Pois os EUA abasteciam Cuba com os bens necessários e como Sartre (1960, p.38) havia mencionado,

As contas se estabilizavam em Washington, mas êsses sábios equilíbrios encobriam cada vez menos a realidade. Havia uma troca incessante de mercadorias, mas em Cuba o dinheiro não aparecia, porque os norte-americanos não davam nada e levavam tudo; e em Washington crescia uma cifra negativa: a dívida cubana aumentava sem cessar.

As sanções econômicas impostas pelos EUA não obtiveram o resultado almejado. Ao contrário, aumentou o sentimento anti-imperialista contra os EUA. Quando a OEA decretou o embargo total à Ilha, a população passou a viver de maneira tal que somente pudesse consumir o estritamente necessário à sua sobrevivência. As exportações de açúcar foram suspensas, o crédito foi negado, as refinarias norte-americanas interromperam o refino do óleo cru vindo da URSS, as relações diplomáticas foram cortadas e a situação cubana tornava-se cada vez mais crítica. Com o embargo, a única ajuda para melhorar as condições econômicas da Ilha veio do Bloco Socialista, o que agradou de certa maneira os EUA, pois sabia-se das dificuldades que o Bloco tinha em sustentar uma economia que no início nem era socialista, nem capitalista. Esta quebra de acordo e a tentativa fracassada de invadir a Ilha pela Baía dos Porcos (contida pela própria população) serviu para ratificar a aliança que surgia entre Cuba e o Bloco Socialista. Assim, a URSS passou a comprar um milhão de toneladas de açúcar ao ano¹¹ e fornecendo petróleo a preços subsidiados, armamentos e outros créditos¹² ao governo cubano. Existindo um intercâmbio sempre favorável ao desenvolvimento comercial de Cuba.

¹¹ “o preço do açúcar foi aumentando de 6,11 cents para 11 cents a libra” (Fernandes, 1979, p.139) chegando ao preço de 26 cents em 1974 e abaixo de 14 cents em 1975.

¹² “dilatação, por mais treze anos, no pagamento do débito de Cuba à União Soviética (...) concessão do crédito necessário para compensar o déficit no balanço de pagamentos de Cuba nas relações comerciais com a União Soviética entre 1973 e 1975” (Fernandes, 1979, p.139)

A partir de 1961 com a imposição do embargo, Cuba passou a viver em regime de racionamento com o povo a consumir somente a quantidade que o governo autorizasse com o uso da *libreta*¹³. Mesmo assim, o povo continuou solidário ao governo revolucionário e contrário a qualquer intervenção estrangeira.

Quando o governo revolucionário decretou o caráter marxista-leninista da revolução, entende-se que essa medida foi resultado da política empreendida pelos EUA que não respeitou os princípios de soberania do povo cubano, não aceitando os atos revolucionários que melhoravam a situação da população e não uma opção soviética para aceitação da Ilha no Bloco Socialista.

As relações comerciais de Cuba com o COMECON giravam em torno de 85% do PIB cubano, em que os preços de venda do açúcar, mesmo sendo superiores aos do mercado internacional, estavam abaixo dos custos soviéticos, portanto, os soviéticos não saíam prejudicados. Apesar da relação econômica entre Cuba e URSS ser de cooperação, assemelhava-se com o relacionamento mantido com os EUA antes da Revolução, pois os EUA abasteciam a Ilha com alimentos, bens de consumo e semi-industrializados, enquanto o relacionamento de Cuba com a URSS baseava-se na diferenciação de preço, em que muitas vezes o pagamento era feito com produtos manufaturados.

A URSS, sempre solidária à Revolução, sabia que um entendimento com Cuba dar-lhe-ia poder de barganha e pressão contra os EUA sobre questões do eixo Leste-Oeste, então, substituiu os norte-americanos no fornecimento de petróleo, na compra do açúcar, no abastecimento de produtos semi-industrializados. A cooperação das nações do Bloco Socialista não tornou-se somente ponto de apoio a uma economia que acabava de sair de um regime neocolonialista para uma revolução, o fornecimento de petróleo e produtos semi-industrializados a Cuba possibilitariam sua entrada numa nova forma de desenvolvimento econômico, o socialismo, saindo da condição de nação-problema, realizando a reforma agrária – meio que a Ilha poderia utilizar para começar a caminhar novamente – trazendo a população para um padrão decente de vida apesar das limitações, deixando para trás o complexo de dependência.

¹³ caderneta que todos os cidadãos cubanos possuem e em que está descrito o que cada um pode consumir dos produtos de primeira necessidade.

A busca em reduzir os efeitos das pressões norte-americanas aumentou a dependência da ajuda soviética. Diversos países pararam suas transações comerciais com Cuba, e era difícil um navio que não fosse do Bloco Socialista aportar na Ilha, as linhas aéreas tornaram-se escassas e com a precariedade, os soviéticos implantaram uma linha semanal Havana-Moscú sem escalas evitando que outros países fossem prejudicados com as decisões dos EUA.

O rompimento de relações com diversos países tanto latino-americanos quanto europeus só conduziu aos EUA, pois a cada manobra o embargo intensificava-se, onerando ainda mais a URSS causando perdas no comércio exterior de Cuba, aumentando a dependência soviética. Por medo de represálias, o Japão que era assíduo comprador do açúcar cubano, suspendeu suas compras; a Espanha suspendeu suas linhas aéreas e marítimas; a Jamaica cortou suas relações diplomáticas; Trinidad rompeu escalas de vôos vindos de Cuba. Apenas poucos vôos para o México e Praga asseguravam uma sutil relação de Cuba com o resto do mundo, inclusive a possibilidade de haver uma linha marítima entre a Alemanha Oriental e Cuba. Entretanto, ao reconhecer diplomaticamente esta zona de ocupação soviética, a Alemanha Ocidental, que não reconhecia a Alemanha Oriental como Estado, rompeu relações com Cuba prejudicando o comércio exterior cubano, pois a Alemanha Ocidental era um grande parceiro comercial e ligava a Ilha a outros Estados europeus.

Em 1962-1963, a propaganda estadunidense de ajuda aos asilados provocou distúrbios e violência na Embaixada do Uruguai (resultando em dois mortos e 300 cidadãos pedindo asilo), na Embaixada do Brasil (deixando três mortos), na Embaixada do México (onde um conselheiro morreu), na Embaixada do Equador (três mortos) visto que os pedidos de asilo eram correspondidos. Esta facilidade em conseguir asilo, apesar da violência, representou um estímulo à contra-revolução, junto com o crescente número de presos políticos, em que a "Operation Mongoose" (Bandeira, 1998, p. 503) buscou agravar o inconformismo com o governo revolucionário, tentando criar condições que provocassem revoltas dentro da Ilha que fundamentassem uma intervenção militar. Mesmo interrompendo esta operação, os EUA não desistiram de destruir o regime revolucionário, nem afrouxaram o embargo, pois este aparentemente enfraquecia o regime, tornando-se com o tempo desgastante para a URSS.

Após a visita de Fidel Castro à URSS, em abril de 1963, qualquer aspecto de neutralidade seria abandonado, apesar do interesse do governo cubano em ter relações amistosas com o governo norte-americano. Porém, os EUA não poderiam admitir qualquer tipo de acomodação sob o pretexto de que o comunismo vencesse o capitalismo estadunidense. As intenções da URSS sempre foram de que Cuba reatasse os laços comerciais e políticos com os EUA, compartilhadas também com os cubanos, diante dos “gastos com a defesa e com a sustentação do movimento insurrecional em vários países da América Latina [que] absorveram 13,3% do seu orçamento de 1962, enquanto seu déficit comercial acumulado de 1962-1963 superou o montante de 500 milhões de pesos (ao par com o dólar, àquela época), 92% dos quais com a URSS”(Mesa-Lago *in* Bandeira, 1998, p.516).

O crescente isolamento da Ilha fortaleceu o relacionamento de Cuba com a URSS, mas a rápida industrialização foi abandonada, pois sabia-se do atraso tecnológico dos países do Bloco Socialista frente aos EUA, o que tornaria a competição difícil no mercado internacional, fazendo o governo cubano voltar sua economia para a agricultura da cana-de-açúcar. Retornar a produção açucareira naquele momento, significava aliviar o crescente déficit comercial insustentável pela URSS, motivo que aumentava o antagonismo dos EUA, dificultando ainda mais os problemas econômicos de Cuba, reforçando assim, o embargo econômico.

Com o tempo, uma certa estabilidade econômica apoiada pelo Bloco Socialista foi surgindo em Cuba, somando-se a ela os avanços tecnológicos, educacionais, sociais e políticos. Com o povo tendo acesso a um sistema de saúde avançado e gratuito, à erradicação do analfabetismo, à baixa mortalidade infantil e a uma melhor distribuição de renda (deixa-se claro que foi uma socialização da pobreza, pois todos tiveram acesso ao trabalho, a salários e aos produtos básicos vendidos através da *libreta*), uma nova sociedade estava sendo construída.

Em Cuba surgiu uma sociedade socialista-comunista, mas em moldes um tanto diferentes da que propunha Karl Marx. A idéia marxista diz que a retribuição da sociedade para o povo daria-se conforme o trabalho que este entregasse à sociedade, ou seja, ao povo conforme sua capacidade/necessidade. Na Ilha, o retorno do povo para o próprio povo daria conforme suas necessidades, em que tudo fosse gratuito, da água de beber ao

transporte que levaria a população ao trabalho, passando pela educação e saúde. Esse tipo de política é justificada no começo da Revolução, pois o povo não tinha nada, Cuba era dependente dos EUA para tudo. Os norte-americanos não investiam na manutenção da Ilha, apenas nos seus próprios negócios. Entretanto, esta política impediu a formação de um fundo de reserva para tempos difíceis e para a própria manutenção dos serviços gratuitos, mesmo após a adesão ao COMECON e, principalmente no fim deste.

A URSS consumia o açúcar produzido e fornecia petróleo subsidiado para Cuba e impossibilitada de fazer comércio com outros povos, a economia cubana estacionava, recebendo o que precisava em condições especiais da URSS, que com o passar dos anos também entrou em crise acirrando ainda mais o embargo econômico em Cuba.

Após a conversão de Cuba, numa referência às forças progressistas do mundo que teve seu auge na década de 1980, veio a crise soviética que desestruturou não somente a URSS, mas as relações de Cuba com o Bloco Socialista, pois seus produtos chegaram a abastecer 85% do mercado interno cubano e com a chegada da crise inclusive os subsídios foram cortados.

4.2 O SOCIALISMO PÓS-SOVIÉTICO CUBANO

Após 30 anos da Revolução Cubana, a partir de 1989, os países do leste europeu questionaram a opção socialista ensaiando passos que os aproximaram do ocidente. Nos países subdesenvolvidos crescem a miséria e a marginalização. Tais acontecimentos são propícios às investidas contra Cuba, desde a Rádio-Martí (projeto estadunidense que de Miami envia ondas radiofônicas aos rádios cubanos com mensagens contra-revolucionárias), Tele-Martí (projeto que enviava mensagens para desestabilizar o governo revolucionário por meio televisivo) até manobras militares estadunidenses e campanhas para desmoralizar o regime. As relações entre Cuba e o Bloco Socialista começaram a deteriorar no final dos anos 1980 pela *perestroika*¹⁴ e romperam com a crise soviética em 1991, mas não por completo como será mostrado através dos dados macroeconômicos.

¹⁴ reestruturação político-econômica a partir de Mikhail Gorbachev em que a descentralização econômica era seu ponto-chave.

Vários países continuaram a manter relações comerciais após o desaparecimento do Bloco Socialista – Polônia, Hungria, Romênia, Eslováquia, República Tcheca e Bulgária, por exemplo.

A crise em que inseriu-se a URSS trouxe prejuízos econômicos a Cuba, por um certo tempo o abastecimento de petróleo estava assegurado mas com restrições na data de entrega, assim, a Ilha preparava-se para momentos difíceis. A população cubana estava ciente de que o rompimento com a URSS tenderia a agravar a situação já existente, visto o racionamento em que já viviam e o reforço dado ao bloqueio econômico com a implantação da Lei Torricelli. Porém, buscou meios de atenuar as dificuldades econômicas existentes como o racionamento de energia, alimentos e bens de consumo. Mesmo em crise, Cuba ainda apóia-se numa economia centralizada, sustentando que não é o fim do Bloco Socialista mas o embargo norte-americano a causa de seus problemas econômicos. Como poderemos ver adiante, através dos dados macroeconômicos, o embargo mostra-se ineficiente em evitar as importações, mas sua eficiência vem à tona quando eleva os custos de produtos de origem estadunidense, já que podem ser obtidos através de outros países. Entretanto, há um forte pensamento em aceitar o presente pela incerteza de piorar o estado e mesmo de perder a igualdade social alcançada pela Revolução Cubana.

As receitas das indústrias açucareira, turística, biotecnológica e fãrmaca após a queda do Bloco Socialista não cobriram os gastos com o petróleo, alimentos e medicamentos necessários à população. E enquanto o governo cubano enfrentava a crise que findou o bloco soviético, a população conseguia de alguma forma o alimento, os remédios e o transporte ao trabalho necessários para tentar driblar a miséria em que ainda encontra-se frente ao aumento dos preços e a crescente escassez de produtos e serviços. Com isso, Cuba submeteu-se a um rígido racionamento pela falta de moeda estrangeira, diminuindo suas importações. Neste momento, Cuba passa por um racionamento de energia e alimentos, principalmente.

Apesar das inúmeras divergências entre os países a respeito do embargo econômico, os EUA mantiveram-se inalterados. Contudo, novas leis sobre cobrança de impostos foram aprovadas em Cuba, provocando o fechamento de pequenos negócios no setor de serviços, elevando ainda mais os efeitos do embargo. Assim, o governo

revolucionário encontrou uma alternativa para os problemas abrindo sua economia mas limitando os investimentos externos por medo de surgir uma nova classe burguesa que prejudicasse o regime e a população.

Quadro 1 – PIB, Taxa de Crescimento Real (1989-93 a 2000)

Ano	1989-93	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Taxa de crescimento	-35%	0,7%	2,5%	7,8%	2,5%	1,2%	6,2%	5,6%

FONTE: Dados nacionais providos por Opciones. Semanario Financiero, Comercial y Turistico de Cuba

in Mueller (2002, p.5).

Como o quadro acima mostra, o crescimento tem sido discreto, pois seus picos resultam de variações na produção de açúcar. Isso acarretou no aumento do interesse cubano em incrementar seu PIB liberando investimentos externos e fomentando a indústria turística.

Com a centralização econômica, a população passou a inserir-se nas atividades privadas, mesmo assim o sistema de mercado teve seu caminho restringido, visto que uma economia aberta, sem controle central, gera ameaça ao sistema político vigente, facilitando o surgimento de uma classe burguesa.

Em 1993, Cuba buscou outra alternativa num programa de reformas econômicas, passando a investir mais no turismo, buscando investimentos externos sem perder a soberania do país, reconhecendo as empresas mistas, legalizando a posse de dólares pela população, já que a URSS não cumpria mais os compromissos acertados, não embarcando a quantidade de petróleo combinada, acarretando na perda de 60% da capacidade de importação cubana, promovendo drásticas reduções no consumo, parando fábricas e dispensando trabalhadores, que recebiam por essa situação, 70% do salário. Entretanto, o governo cubano continuou a fomentar tanto o setor turístico (que também recebe investimento estrangeiro) quanto as atividades privadas (que também são incentivadas pela população através de serviços e do mercado agropecuário).

Quanto aos investimentos externos, é importante salientar que estes foram atraídos por vantagens na implantação de seus negócios (taxas favoráveis e repatriação de seus lucros), antes que o embargo terminasse trazendo os norte-americanos. Apesar dos valores investidos serem discretos em relação aos aplicados internacionalmente, foram

essenciais para suprir as necessidades cubanas naquele momento (depois de 1993), aliviando o balanço de pagamentos.

Quando o governo revolucionário liberou a circulação de dólares dentro do país, criou-se uma economia paralela, já que o fluxo monetário expande-se através da população, aumentando seu poder aquisitivo e beneficiando o governo na obtenção de moeda estrangeira, que absorveria o excesso de liquidez quando a população passou a ter direito de utilizar o dólar em suas compras. Isto melhorou a situação monetária aumentando a oferta de bens, possibilitando aos cidadãos da iniciativa privada e estrangeiros ter uma poupança em dólares no país.

A estratégia econômica cubana baseia-se em manter o regime socialista mas reconhece a necessidade que a economia tem em melhorar tanto interna quanto externamente, já que o relacionamento com outros países gera divisas trazendo moeda estrangeira para dentro do país. Mesmo assim, o governo cubano acusa o Bloco Socialista de ter destruído o socialismo, causando um “duplo embargo”(Muller, 2002, p.7) ao povo cubano com as empresas açucareiras e a agricultura tendo contínuas perdas.

O embargo atua na proibição de empresas estadunidenses e mundiais de comercializarem com os cubanos, fazendo com que Cuba receba menos pelo que exporta e pague mais pelo que importa. Porém, nenhuma lei cubana proíbe empresas dos EUA de fazerem comércio com Cuba, a intenção de investir na Ilha é crescente entre o empresariado norte-americano. E isto está sendo afetado pelo embargo, pois mesmo com o impedimento existindo, vários países realizam trocas comerciais com a Ilha (Canadá, Reino Unido, Alemanha, Israel, por exemplo). Inclusive clientes norte-americanos já podem adquirir o excelente charuto cubano e o lendário rum através da internet (cuba-shop) recebendo nos EUA, por intermédio do Canadá, a mercadoria em 15 dias. Ressaltando que em setembro de 2002, conforme o *La Jornada Virtu@l* (jornada.unam.mx), aconteceu uma Exposição Agropecuária em Havana, demonstrando o ávido interesse entre os investidores estadunidenses para que o embargo tenha um fim.

5 O EMBARGO ATRAVÉS DE INDICADORES ECONÔMICOS

Para melhor compreensão a respeito do embargo econômico sobre Cuba, buscou-se dados macroeconômicos abrangendo os anos de 1959 a 2000 que terão suas interpretações ilustradas após exposição dos quadros. Entretanto, dentro das organizações pesquisadas não foi possível obter a totalidade das informações, ou porque não existem ou porque não são fornecidas.

5.1 BALANÇO DE PAGAMENTOS

Quadro 2 - Balanço de Pagamentos (1989-2000)

Ano	Conta-corrente(a)	Conta-Capital(a)	Investimentos diretos(b)	Variações das reservas(b)	Dívida externa total(a)
1989	-3.001	4.122	-	-	-
1990	-2.545	2.621	-	-	-
1991	-1.454	1.421	-	-	-
1992	-420	419	-	-	-
1993	-371	356	54	15	8.785
1994	-262	262	563	-2	9.083
1995	-518	596	5	-79	10.504
1996	-167	174	82	-8	10.465
1997	-437	457	442	-21	10.146
1998	-392	409	207	-17	11.209
1999	-456	486	-	-	11.078
2000(c)	-600	640	-	-	11.000

FONTE: Anuário Estatístico 1999; Oficina Nacional de Estatísticas in www.camaracuba.cubaweb.cu

a) FONTE: CEPAL, valores arredondados em milhões de dólares, respeitando a paridade peso/dólar

b) valores arredondados e em milhões de pesos;

c) cálculos estimados.

Obs.: os dados anteriores a 1989 e em branco ou não existem ou não foram fornecidos.

De acordo com os dados obtidos através da CEPAL e do Anuário Estatístico 1999 de Cuba, a conta-corrente da Balanço de Pagamentos entre 1989 e 1994 teve saldos negativos, onde o pico deu-se em 1989, ano em que o Bloco Socialista entrou em crise. Entretanto, os valores negativos baixaram, melhorando seu resultado. Em 1995, o resultado tornou-se mais negativo que o ano anterior (déficits constantes), melhorando no ano seguinte (1996), voltando a piorar em 1997, mantendo essa oscilação até 2000.

A conta-capital manteve saldos positivos mas decrescentes até 1994, voltando a crescer em 1995, mas teve uma queda em 1996 e nos anos seguintes manteve-se constante

em torno de 600 milhões de dólares, que permitiram financiar o déficit da conta-corrente e aumentar as reservas internacionais de modo discreto.

Houve aumento nos investimentos diretos em 1994 – um ano após o período crítico em que o Bloco Socialista desapareceu – que decaíram bruscamente no ano seguinte, melhorando em 1997 e caindo novamente, mas não tão bruscamente em 1998. Nestes investimentos destacaram-se: a Habanos S.A., uma empresa mista que negociou com um consórcio espanhol para vender internacionalmente o tabaco cubano; outra empresa mista que negociou com um outro consórcio espanhol para construir uma fábrica de cimento; outras empresas mistas que negociaram com capitais canadense, espanhol e chinês para construir hotéis; e mais de 394 *joint ventures*¹⁵. Portanto, apesar da existência do embargo, a entrada de capital externo tanto dos EUA como de outros países foi capaz de sustentar Cuba após o fim do Bloco Socialista.

A dívida externa mostra crescimento constante a partir de 1993, visto que a ajuda do COMECON não existe mais. A reorganização do sistema bancário e financeiro obteve avanços com sua modernização junto à implementação do registro computadorizado das operações e a conexão entre as filiais de todos os bancos, tornando maior e mais rápida a circulação de moeda entre a população, melhorando inclusive o sistema de cobranças e pagamentos e a liquidação das transações comerciais..

5.2 PRODUTO INTERNO BRUTO, CÂMBIO OFICIAL E CÂMBIO PARALELO

Quadro 3 – PIB, Câmbios Oficial e Paralelo (1985-2000)

continua

Ano	Câmbio Oficial	Câmbio Paralelo	PIB(a)
1985	1,0	-	20.352
1986	1,0	-	20.385
1987	1,0	-	19.934
1988	1,0	-	20.644
1989	1,0	-	20.960
1990	1,0	-	20.349

¹⁵ Expressão inglesa que designa a associação de empresas para desenvolvimento e execução de projetos econômico-financeiros.

			conclusão
1991	1,0	-	18.415
1992	1,0	35,0	16.591
1993	1,0	78,0	14.332
1994	1,0	95,0	14.421
1995	1,0	32,0	14.783
1996	1,0	19,2	15.909
1997	1,0	23,0	16.306
1998	1,0	21,0	16.522
1999	1,0	20,0	17.546
2000(b)	1,0	21,0	18.529

FONTE: CEPAL in www.cepal.org

a) os dados expressam-se em milhões de pesos cubanos a preços constantes de 1981;

b) cálculos estimados.

Obs.: os dados anteriores a 1985 e 1991 (paralelo) e em branco ou não existem ou não foram fornecidos.

O PIB não teve grandes oscilações durante o período, mas mostra que nos anos em que o Bloco Socialista entrou em crise, a produção caiu, tornando a crescer nos anos subsequentes. Este pequeno aumento no PIB ajudou o país a recuperar-se da crise em que inseriu-se seu maior aliado comercial, mantendo-se numa média pouco abaixo da anterior ao período da crise. Ainda, de acordo com a CEPAL, a produção na maioria dos setores aumentou, destacando-se a mineração, pelo aumento na produção de níquel, petróleo e gás. O setor agropecuário também obteve aumentos, pelo bom desempenho na produção da cana-de-açúcar. O setor de turismo e de construção civil também obtiveram aumentos devido ao uso do dólar pelos turistas e construtores. O aumento da oferta de bens no mercado livre (fora da *libreta*) e a alta no subsídio dos produtos distribuídos mediante a *libreta* causaram queda nos preços. Houveram progressos também no setor empresarial, pois implantou-se o sistema de autonomia de gestão¹⁶ nas empresas estatais e mistas, impulsionando a descentralização administrativa com redução de subsídios. Apesar disso, houve queda no número de trabalhadores autônomos.

De acordo com a CEPAL, com a política monetária implantada após a crise da URSS, foi possível reorganizar o sistema financeiro que conduziu à consolidação do Banco Central de Cuba e de novas instituições financeiras. Igualmente, a associação com empresas estrangeiras e a liberalização de algumas atividades produtivas locais fortaleceu as reformas implantadas depois da crise do Bloco Socialista. Quanto a estas associações, já existem negociações com mais de cinquenta países, sendo a abertura do setor energético e turístico uma destas negociações, além das citadas, como o caso da Habanos S.A.. Assim,

mesmo com o fim do Bloco Socialista, Cuba manteve o PIB crescente, mostrando a eficácia das reformas do governo revolucionário.

Quanto ao câmbio oficial, em que existe paridade das moedas e diferenças significativas com o câmbio paralelo, explicando-se através de uma demanda constante pela moeda (dólar) dentro do país. A cotação do dólar paralelo era alta no ano subsequente à crise e com a liberação do uso da moeda dentro de Cuba (não para produtos da *libreta*), manteve-se estável em torno de 20 pesos por um dólar. Segundo a CEPAL, o que ocasionou a desvalorização do câmbio paralelo, foram tanto a alta nas cotações internacionais do petróleo, quanto a queda nos preços do açúcar, segundo a CEPAL.

5.3 BALANÇA COMERCIAL

Quadro 4 – Balança Comercial (1960-1998) continua

Anos	Exportação de Mercadorias	Importação de Mercadorias	Saldo Comercial
1960	608,3	579,9	28,4
1965	690,6	866,2	-175,6
1970	1.049,5	1.311,0	-261,5
1974	2.236,5	2.225,9	10,6
1975	2.952,2	3.113,1	-160,9
1976	2.692,3	3.179,7	-487,4
1977	2.918,4	3.461,6	-543,2
1978	3.440,1	3.573,8	-133,7
1979	3.499,2	3.687,5	-188,3
1980	3.966,7	4.627,0	-660,3
1981	4.223,8	5.114,0	-890,2
1982	4.933,2	5.530,6	-597,4
1983	5.534,9	6.222,1	-687,2
1984	5.476,5	7.227,5	-1.751,0
1985	5.991,5	8.035,0	-2.043,5
1986	5.321,5	7.596,1	-2.274,6
1987	5.402,1	7.583,6	-2.181,5
1988	5.512,4	7.602,9	-2.090,5
1989	5.399,9	8.139,8	-2.739,9
1990	5.414,9	7.416,5	-2.001,6
1991	2.979,5	4.233,8	-1.254,3
1992	1.779,4	2.314,9	-535,5
1993	1.156,7	2.008,2	-851,5
1994	1.330,8	2.016,8	-686,0
1995	1.491,6	2.882,5	-1.390,9
1996	1.865,5	3.569,0	-1.703,5
1997	1.819,1	3.987,3	-2.168,2

¹⁶ as empresas administram parte de suas atividades de modo descentralizado, podendo reinvestir seu lucro para melhorar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, estimulando os mais eficientes através de aumentos salariais.

1998	1.539,5	4.181,2	conclusão -2.641,7
-------------	---------	---------	-----------------------

FONTE: Anuário Estatístico 1999; Oficina Nacional de Estatísticas in www.camaracuba.cubaweb.cu

Obs.: os dados expressam-se em milhões de pesos, sendo que os dados entre 1960-1965 e 1970-1974 e posteriores a 1998 ou não existem ou não foram fornecidos.

De acordo com o “Anuário Estatístico” de Cuba, as exportações de mercadorias cresceram entre 1960-1985, registrando seu ápice em 1985 com 5.991,5 milhões de pesos, decaindo em 1998 para o valor de 1.539,5 milhões de pesos. O mesmo aconteceu com as importações de mercadorias até 1989, ano em que o Bloco Socialista entrou em crise, registrando o valor de 8.139,8 milhões de pesos, decaindo e entrando num período de maior crise (1992-1993) em que o valor das importações chegou a 2.008,2 milhões de pesos. Em 1998, o valor cresceu apesar de fazer com que o saldo comercial fechasse sob o valor deficitário de 2.641,7 milhões de pesos. É importante ressaltar que o câmbio oficial mantivera seu valor igual ao longo do período, sendo que um peso vale um dólar americano, e o paralelo manteve-se em torno de 20 pesos para um dólar.

Segundo a CEPAL, dentre os produtos que destacam-se na produção cubana estão o açúcar, os produtos da indústria de mineração, sendo o níquel o mais importante, o cimento, o tabaco, a pesca, o turismo, os equipamentos médicos e medicamentos, os derivados da engenharia genética e da biotecnologia, e os produtos agropecuários, mostrando que o país não diversificou sua produção nem quando era aliado ao Bloco Socialista, nem com a crise de 1989-1993 que pôs fim à URSS. Dentre os produtos que destacam-se na importação cubana estão o petróleo e seus derivados, a borracha, a farinha, a madeira, o algodão, o enxofre, o aço e a soda cáustica. A crise do Bloco Socialista fez com que o governo cubano autorizasse a entrada de capital externo para a formação de empresas mistas, fomentando o turismo, a indústria civil e os investimentos privados.

5.3.1 Importação de Mercadorias

Quadro 5 – Importação: Continentes (1992-1998)

continua

Continentes	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Europa	2.477.740	1.612.111	1.531.257	1.804.029	2.467.303	2.419.442	2.677.648
Ásia	674.050	414.178	453.395	631.207	644.113	847.338	883.433
África	99.354	82.563	172.345	135.587	146.153	207.217	129.843
América	794.680	1.050.100	1.172.504	1.792.429	2.142.883	2.294.510	1.999.127
Oceania	48.516	5.926	18.076	10.912	34.071	37.876	30.674

Total	4.094.340	3.164.878	3.347.577	4.374.164	5.434.523	5.806.383	5.720.725	conclusão
--------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

FONTE: Anuário Estatístico 1999; Oficina Nacional de Estatísticas in www.camaracuba.cubaweb.cu

Obs.: os dados expressam-se em milhares de pesos, sendo que os dados anteriores a 1992 e posteriores a 1998 ou não existem ou não foram fornecidos.

Entre os continentes, a Europa destacou-se com valores oscilantes entre 1.531.257 milhares de pesos em 1994 e 2.667.648 milhares de pesos em 1998. A Oceania merece destaque por ser o continente que menos realizou trocas com Cuba, obtendo valores que oscilam entre 48.516 milhares de pesos em 1992 e 5.926 milhares de pesos em 1993, aumentando suas trocas no decorrer do período chegando a 30.674 milhares de pesos em 1998.

Quadro 6 – Importação: Países (1992-1998)

continua

Países	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Alemanha	111.756	82.013	75.893	105.733	137.677	157.038	145.999
Andorra	1.933	1.645	736	1.176	1.574	2.295	23
Áustria	12.846	4.820	9.895	8.941	2.210	3.922	5.289
Bélgica	34.311	22.031	18.900	40.935	76.959	69.850	81.380
Bielorrússia	8.206	10.763	10.994	-	3.676	5.711	10.493
Bulgária	24.828	14.401	21.292	49.202	33.171	28.720	22.213
Tchecoslováquia	11.085	-	-	-	-	-	-
Dinamarca	3.449	2.385	2.610	4.725	4.765	5.287	9.326
Espanha	205.477	242.062	295.056	446.293	570.393	667.372	749.279
Federação Russa	1.141.734	486.960	320.789	251.302	616.086	415.265	490.135
Finlândia	14.649	14.421	10.706	3.931	656	1.343	11.840
França	179.973	209.339	256.904	263.391	252.884	304.691	361.491
Grécia	57	6	9	59	48	952	461
Holanda	65.145	55.125	70.492	164.584	183.723	133.114	159.541
Hungria	10.516	3.156	1.948	14	89	1.318	2.467
Irlanda	12	2	-	140	389	1.163	2.769
Itália	109.425	148.607	156.683	165.087	178.855	272.796	281.182
Letônia	4.919	3.584	5.842	13.324	13.581	21.977	23
Liechtenstein	1	2	8	28	-	-	27
Luxemburgo	296	-	-	-	134	1	21
Noruega	4.893	5	5.449	21.087	436	459	1.381
Polónia	5.200	3.939	1.000	550	13.081	16.450	9.972
Portugal	31.126	28.580	31.491	28.486	15.034	38.743	21.362
Reino Unido	173.221	88.142	106.020	82.070	71.947	60.273	78.709
República Tcheca	-	3.626	5.754	6.809	18.013	13.450	29.993
Eslováquia	-	4.481	2.426	1.590	9.542	5.359	9.009
Romênia	4.544	6.689	24.822	56.059	92.026	36.635	18.189
Suécia	29.809	24.979	30.137	39.761	43.128	66.966	49.110
Suíça	222.509	50.756	31.758	34.742	38.132	32.972	32.800
Ucrânia	59.533	69.541	1.933	4.510	44.747	13.907	61.707
Iugoslávia	6.286	11	-	4.072	5.517	1	10
Arábia Saudita	-	-	-	-	-	-	27.448
Sri Lanka	-	-	-	-	17	153	128
China	417.486	269.639	247.811	359.697	275.857	345.490	418.351
Coréia do Norte	30.627	938	11.230	10.709	11.478	45.364	35.601
Hong Kong	1.435	1.696	1.789	7.864	17.251	37.437	47.962
Índia	7.947	6.446	5.664	9.664	13.779	10.615	14.217
Iraque	-	-	-	-	-	23	291
Irã	24.296	5.896	177	6.639	12.387	73.992	17.787
Israel	-	501	478	2.517	7.385	13.659	15.136
Japão	92.817	43.339	54.579	107.007	109.739	154.539	95.952

								conclusão
Cazaquistão	27.887	294	3.809	8.203	-	76		3.132
Quirguistão	619	15.862	3.257	14	3	4.036		13
Líbano	1.570	4.017	3.312	7.488	11.970	376		171
Malásia	-	-	5.754	991	361	5.447		16.831
Mongólia	-	-	-	16	-	3		1
Cingapura	-	-	5.017	1.098	2.845	3.348		4.111
Síria	42.947	4.847	12.954	11.943	20.400	10.233		311
Taiwan	-	868	424	10.189	3.574	9.511		34.677
Turquia	17	7	61	7.101	25.677	1.307		2.727
Vietnã	20.567	48.044	45.121	67.988	81.635	68.196		8.081
Angola	90	55	53	50	3	63		29
Argélia	37.860	24.946	30.141	32.614	24.011	3.343		899
Cabo Verde	432	447	-	60	-	-		94
República do Congo	-	-	1	-	1	1.514		1.831
Gana	13.215	3.462	300	90	118	19		535
Líbia	8.381	-	1	760	-	-		11.014
Marrocos	4.418	20.998	53.365	22.755	41.219	22.826		12.372
Moçambique	527	332	428	469	700	94		522
Egito	20.216	5.704	68.979	45.320	22.869	111.955		3.902
Tunísia	14.134	19.846	14.668	31.515	38.063	18.640		28.094
Antígua e Barbados	-	1.941	6.343	3.660	2.177	7.635		114
Antilhas Holandesas	1.012	56.085	128.862	229.344	328.944	209.579		77.714
Argentina	57.095	67.215	84.452	80.918	108.677	186.228		113.944
Bahamas	-	3.563	13.089	1.174	18.743	9.211		24.349
Bermudas	171.116	6.918	1.507	240	120	-		12
Bolívia	431	479	1.142	2.440	1.606	868		1.866
Brasil	28.105	30.189	53.362	63.382	73.215	64.048		69.958
Canadá	305.884	186.378	229.440	451.071	455.464	514.402		551.215
Chile	368	995	8.836	15.952	24.528	24.655		16.142
Colômbia	15.830	63.578	49.951	39.763	83.402	54.161		50.922
Costa Rica	568	3.370	6.053	299	2.530	3.471		4.563
Dominica	-	555	35	20	51	486		341
Equador	6.253	97.283	21.974	39.498	45.550	6.240		13.992
El Salvador	-	-	839	1.510	201	827		1.015
Guadalupe	-	2	19	1.007	6.893	849		561
Guatemala	1	446	881	1.434	4.247	10.821		8.025
Guiana	433	-	38	61	84	1.711		2.682
Haiti	6.917	6.430	4.154	16.026	17.363	21.207		14.722
Honduras	71	1.878	145	151	2.242	4.786		5.398
Cayman (Ilhas)	6	1	6.002	620	768	628		1.626
Ilhas Virgens (RU)	-	5	391	1.253	1.131	254		339
Jamaica	221	6.386	3.043	2.728	3.657	4.377		6.947
Martinica	43	93	1	76	313	365		617
México	92.996	311.098	257.388	400.337	361.267	392.779		387.930
Nicarágua	4.248	1.292	3.162	6.479	4.232	2.615		5.949
Panamá	12.498	23.381	43.147	112.079	172.742	43.975		32.131
Peru	1.909	663	849	5.370	1.813	16.949		3.099
Porto Rico	20	2	3	20	7	116		78
República Dominicana	10.118	11.944	17.703	22.516	30.709	58.101		50.582
Trinidad e Tobago	673	7.244	12.528	39.275	39.169	21.033		25.474
Turks e Caicos (Ilhas)	-	-	74	24	3	239		635
Uruguai	3.348	9.597	13.475	5.344	1.467	2.919		8.612
Venezuela	74.315	150.832	202.381	237.671	334.221	437.796		387.728
Austrália	104	437	2.896	1.288	11.860	3.527		1.397
Nova Zelândia	48.412	5.489	15.180	9.624	22.168	33.554		29.125

FONTE: Anuário Estatístico 1999; Oficina Nacional de Estatísticas in www.camaracuba.cubaweb.cu

Obs.: os dados expressam-se em milhares de pesos, sendo que os dados anteriores a 1992 e posteriores a 1998 e em branco ou não existem ou não foram fornecidos.

Os países listados acima fazem comércio com Cuba, seja através de compra e venda de produtos, seja através de doações.

Dentre os países, merece destaque mesmo com o fim do Bloco Socialista, a Federação Russa, que apesar de ter seus valores em queda, é o país que mais realizou trocas comerciais com Cuba em 1998 (749.279 milhares de pesos contra 551.215 milhares de pesos do Canadá).

Os países que mais realizaram trocas comerciais, ou seja, de onde Cuba importou mercadorias ao longo do período (1992-1998) foram a Federação Russa, China, Canadá, Suíça, Espanha, México, França e Venezuela, e os que menos realizaram trocas foram Liechtenstein, Guatemala, Cayman (Ilhas), Irlanda, Turquia, Guadalupe, Porto Rico, República do Congo, Líbia, Martinica, Hungria, Quirguistão, Mongólia, Dominica, Angola, Turks e Caicos (Ilhas), Luxemburgo, Iugoslávia, Guiana, Iraque e Bermudas.

5.3.2 Exportação de Mercadorias

Quadro 7 – Exportação: Continentes (1992-1998)

Continentes	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Europa	1.103.368	780.521	658.538	702.750	1.114.215	916.414	926.273
Ásia	325.835	146.352	223.504	327.718	264.137	338.038	197.417
África	88.602	70.938	163.573	108.742	103.515	144.802	28.297
América	249.227	158.842	282.251	351.140	382.430	418.125	386.815
Oceania	12.392	10	2.890	1.284	1.229	1.748	731
Total	1.779.424	1.156.663	1.330.756	1.491.634	1.865.526	1.819.127	1.539.533

FONTE: Anuário Estatístico 1999; Oficina Nacional de Estatísticas in www.camaracuba.cubaweb.cu

Obs.: os dados expressam-se em milhares de pesos, sendo que os anteriores a 1992 e posteriores a 1998 ou não existem ou não foram fornecidos.

Entre os continentes, a Europa continuou destacando-se com valores oscilantes entre 658.538 milhares de pesos em 1994 e 1.114.215 milhares de pesos em 1996. A Oceania destacou-se também por ter sido o continente que menos realizou trocas com Cuba, obtendo valores muito oscilantes entre 12.392 milhares de pesos em 1992 e 10 milhares de pesos em 1993, porém, teve um aumento não significativo, comparado ao ano de 1992, que logo decaiu, permanecendo sem grandes variações, voltando a ter uma queda em 1998.

Quadro 8 – Exportação: Países (1992-1998)

continua

Países	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Alemanha	43.747	34.105	38.521	53.696	85.386	71.351	67.859
Andorra	1.933	1.645	736	1.163	1.574	2.295	-
Áustria	1.348	848	319	1.368	818	137	932
Bélgica	28.971	13.118	13.853	29.930	44.829	41.870	41.407
Bielorrússia	3.872	5.462	9.356	-	-	3.256	7.167
Bulgária	22.884	11.037	19.419	36.454	24.623	17.266	224
Tchecoslováquia	5.809	-	-	-	-	-	-
Dinamarca	39	89	103	231	462	286	2.050
Espanha	76.807	58.014	69.280	93.279	112.244	170.359	141.069
Federação Russa	607.264	400.657	278.948	194.464	456.972	303.162	355.254
Finlândia	14.354	13.863	9.826	3.117	118	70	8.178
França	40.689	32.413	42.134	52.706	54.184	34.582	43.110
Grécia	57	6	9	59	48	50	10
Holanda	30.816	23.673	28.769	53.221	77.917	39.097	80.410
Hungria	-	24	44	6	-	22	15
Irlanda	12	2	-	52	1	39	-
Itália	50.320	36.4848	45.714	61.483	39.104	40.881	27.979
Letônia	2.461	3.512	5.830	13.324	7.094	21.974	-
Liechtenstein	-	-	-	-	-	-	17
Luxemburgo	-	-	-	-	-	-	-
Noruega	1	-	995	-	2	38	45
Polónia	706	30	17	10	27	19	53
Portugal	27.862	27.749	29.755	15.646	11.891	31.676	14.562
Reino Unido	40.866	18.150	12.180	22.747	29.799	29.471	24.687
República Tcheca	-	55	329	956	246	199	297
Eslováquia	-	475	649	-	4	377	-
Romênia	4.544	6.469	19.623	27.058	60.321	15.922	9.823
Suécia	20.337	16.352	24.269	24.625	32.944	35.884	31.346
Suíça	13.136	9.949	7.625	12.710	12.811	23.841	21.466
Ucrânia	58.923	64.745	19	523	42.140	557	22.614
Iugoslávia	5.609	-	-	3.531	3	-	-
Arábia Saudita	-	-	-	-	-	-	5
Sri Lanka	-	-	-	-	16	74	107
China	160.338	68.008	113.070	188.926	121.317	97.197	81.855
Coréia do Norte	16.406	190	5.727	6.144	4.603	32.378	24.609
Hong Kong	1.435	1.696	1.789	3.894	2.918	7.294	8.557
Índia	4.766	5.301	5.613	9.454	12.461	6.772	6.981
Iraque	-	-	-	-	-	23	291
Irã	8.062	5.896	177	6.639	12.377	73.921	14.442
Israel	-	245	130	940	87	2	56
Japão	83.460	34.904	45.283	82.690	72.890	92.310	19.478
Cazaquistão	27.887	294	3.809	8.203	-	-	50
Quirguistão	619	15.862	3.256	14	3	4.025	2
Libano	1.570	4.017	3.312	7.488	6.776	372	171
Malásia	-	-	5.754	-	-	-	-
Mongólia	-	-	-	-	-	-	-
Cingapura	-	-	5.017	19	-	155	5
Síria	10.693	4.847	12.954	11.943	20.400	10.216	39
Taiwan	-	663	234	31	1.083	1.102	23.343
Turquia	17	7	3	31	7.143	220	130
Vietnã	4.747	4.388	756	68	442	8	64
Angola	90	55	53	50	3	63	29
Argélia	37.855	24.946	30.141	29.575	23.891	3.343	899
Cabo Verde	69	447	-	60	-	-	93
República do Congo	-	-	-	-	1	-	-
Gana	7.486	3.462	300	90	55	16	-
Líbia	8.381	-	1	760	-	-	991
Marrocos	4.418	20.998	53.365	22.755	41.214	22.785	11.245
Moçambique	-	-	-	-	-	-	-
Egito	20.216	5.339	68.979	45.320	22.869	111.735	6
Tunísia	10.086	9.825	6.578	10.071	15.306	6.855	14.943

							conclusão
Antígua e Barbados	-	-	-	26	-	-	30
Antilhas Holandesas	12	4	157	1.895	2.874	4.142	3.317
Argentina	1.846	2.069	30.734	3.279	5.259	3.859	5.117
Bahamas	-	3	193	736	558	368	863
Bermudas	-	120	-	240	120	-	8
Bolívia	431	479	1.142	2.440	1.606	868	1.865
Brasil	17.295	8.764	37.681	29.552	29.569	19.264	6.328
Canadá	194.775	110.264	146.373	230.777	249.487	249.865	230.169
Chile	229	161	255	245	1.681	1.791	1.175
Colômbia	3.262	2.056	13.819	22.375	22.056	28.814	20.610
Costa Rica	568	3.365	6.046	149	1.788	407	616
Dominica	-	445	35	14	-	39	1
Equador	557	612	1.398	6.248	1.837	102	403
El Salvador	-	-	838	1.510	148	219	582
Guadalupe	-	2	19	157	130	172	359
Guatemala	1	446	691	886	2.377	4.300	1.616
Guiana	45	-	38	61	8	-	1
Haiti	6.917	6.430	4.154	16.026	17.363	21.207	14.722
Honduras	-	1.156	7	109	1.947	1.976	2.472
Cayman (Ilhas)	6	1	4	416	632	625	1.492
Ilhas Virgens (RU)	-	-	-	21	-	-	-
Jamaica	221	1.493	2.795	2.497	2.040	2.966	4.801
Martinica	43	93	1	71	175	230	616
México	5.611	4.487	7.169	3.827	19.044	26.494	45.134
Nicarágua	677	855	931	1.723	1.664	613	1.262
Panamá	4.297	3.455	5.853	3.625	3.491	1.338	2.855
Peru	1.015	323	94	495	1.460	160	544
Porto Rico	20	2	3	20	5	53	5
República Dominicana	5.715	6.797	13.962	16.009	12.540	39.978	31.272
Trinidad e Tobago	38	44	32	50	35	472	443
Turks e Caicos (Ilhas)	-	-	74	24	3	239	635
Uruguai	1.276	80	3.655	3.854	1.187	1.296	2.441
Venezuela	4.253	4.592	3.853	1.017	750	5.136	2.158
Austrália	12	10	2.890	1.284	1.229	1.748	411
Nova Zelândia	12.380	-	-	-	-	-	225

FONTE: Anuário Estatístico 1999; Oficina Nacional de Estatísticas in www.camaracuba.cubaweb.cu

Obs.: os dados expressam-se em milhares de pesos, sendo que os anteriores a 1992 e posteriores a 1998 e em branco ou não existem ou não foram fornecidos.

Dentre os países, merece destaque mesmo com o fim do Bloco Socialista, a Federação Russa, que apesar de ter seus valores em queda, foi o país que mais recebeu mercadorias de Cuba em 1998 (355.254 milhares de pesos contra 230.169 milhares de pesos do Canadá).

Os países que mais realizaram trocas comerciais, ou seja, para onde Cuba exportou mercadorias ao longo do período (1992-1998) foram a Federação Russa, China, Canadá, Espanha, Japão, Ucrânia, Egito, Alemanha e Holanda, e os que menos realizaram trocas foram Guatemala, Cayman (Ilhas), Irlanda, Turquia, Guadalupe, Porto Rico, República do Congo, Líbia, Martinica, Hungria, Quirguistão, Mongólia, Dominica, Iugoslávia, Guiana, Noruega, Antilhas Holandesas, Austrália, Bahamas, Polônia, Cingapura, Israel, Vietnã e Arábia Saudita.

O embargo econômico sobressaiu-se após o fim do Bloco Socialista, com as sanções impostas pelo governo norte-americano por causa dos cubanos residentes nos EUA que sempre pressionaram o governo estadunidense para que tome medidas que retirem Fidel Castro do poder devolvendo suas propriedades. Houve um crescente interesse entre empresas estadunidenses e mundiais de comercializarem com Cuba. A entrada destes investimentos e o incremento no turismo, principalmente, fizeram com que os níveis de importação e exportação mantivessem o Balanço de Pagamentos crescente.

Cuba não abriu caminho para uma transição segura da sua economia, o regime de Fidel continua a buscar uma política de mudanças marginais limitando a iniciativa privada com a aplicação de taxas exorbitantes fazendo com que os novos investimentos privados não gerem lucros e posteriormente retirem-se do mercado.

6 CONCLUSÃO

O imperialismo sempre esteve presente na vida cubana, seja através do colonialismo espanhol, seja através da intervenção estadunidense. Os EUA perderam a influência sobre a Ilha, entretanto, não perderam a visão de que Cuba não deveria ter-se desvinculado de sua influência, o que resultou na expulsão de Cuba da OEA e no isolamento econômico, demonstrando que o objetivo norte-americano é manter os povos e suas economias sob seu domínio.

Cuba através de sua Revolução em 1959 tentou construir uma sociedade mais justa e igualitária, apesar das dificuldades históricas, avançando nas melhorias sociais - educação e saúde. A transição para o modo socialista foi relativamente tranquila por causa do açúcar, um produto de cultivo fácil, e das expropriações de terras e empresas. Enquanto Fidel foi capaz de administrar a sobrevivência de Cuba através da sua visão de socialismo, fez pouco para preparar seu país para uma transição quando o bloco soviético caiu.

É relevante saber que, ao que tudo o que foi visto indica, o embargo será finalizado após a saída de Fidel Castro, já que o líder revolucionário não agrada aos governos neoliberais nem ao cubanos residentes em outros países que viram-se prejudicados com as reformas impostas pelo governo fidelista. Sabe-se que este isolamento não ameaça a soberania cubana, pois Cuba não ameaça os EUA. Este embargo fere a hegemonia estadunidense, pois várias empresas capitalistas desejam realizar comércio com Cuba, e por causa do embargo são obrigadas a utilizar outros meios - intermédio de outros países - para realizá-lo.

O embargo encarece os preços de compra e dificulta a venda de produtos, além de politicamente inofensivo, já que não conseguiu nestes últimos 43 anos derrubar o regime socialista, servindo de desculpa para que Fidel Castro justificasse sua permanência no governo, visto que de acordo com ele, havia uma intenção permanente dos EUA em ter um conflito bélico com Cuba, e justificando ainda, o erro que cometera ao identificar, excessivamente, a Revolução Cubana com a URSS.

Todos os países do mundo e órgãos mundiais deveriam cumprir o papel de negociadores da suspensão do embargo entre os governos estadunidense e cubano. Assim, os EUA seriam obrigados a suspender o embargo, permitindo a ampliação do comércio e do turismo entre os dois países e o resto do mundo, normalizando as relações diplomáticas (instalação de embaixadas, ampliação do diálogo), abandonando a política de *procura de um inimigo*, fazendo propostas e não exigências para o bom andamento das relações diplomáticas e comerciais entre ambos os países. Isso faria com que os EUA apoiassem os órgãos internacionais de modo neutro em suas decisões, passando a resolver conflitos ideológicos através da ONU, que foi criada também para isso.

O governo cubano está disposto a aceitar mudanças, como mostra a abertura de seu comércio interno a capitais externos. Porém, tais mudanças deveriam abranger também a permissão cubana para que a imprensa local e grupos opositores vinculem sua opinião, cumprindo o papel público e político de participar do processo democrático no país, que também é prejudicado pela elevada dívida externa.

Enquanto o açúcar é um gerador de perdas com a manutenção de uma economia fechada preservando o socialismo, o turismo e os investimentos externos geram divisas com a economia privada aliviando certas deficiências dessa economia centralizada. Assim, Fidel segue em sua estratégia política de manutenção de seu poder, e do mesmo modo, as atividades privadas são toleradas pois servem de alívio para as deficiências dessa centralização, pois sua política não está direcionada para uma transição mas para a preservação da visão castrista do socialismo.

Sendo uma economia com baixo nível de diversificação econômica, uma efetiva abertura comercial torna-se necessária e mesmo urgente. A longo prazo, Cuba precisará de uma base industrial diversificada, o que requer financiamento externo e transferência de tecnologia, porém, para efetivar essas mudanças, Cuba precisará regularizar as expropriações das terras e empresas. Entretanto, a transição para uma economia de mercado causa medo da população, pois tendem a pensar na perda da segurança social conquistada (empregos, saúde, educação, habitação).

É importante lembrar que o fortalecimento do direito internacional, da ONU e, principalmente neste caso, da OEA eliminará as ameaças de agressão armada nas

Américas, e mesmo no mundo, possibilitando a expansão da liberdade de opinião, dos povos, da política, da cultura, de ir e vir de qualquer cidadão no mundo.

Ressaltando também, a lembrança de que tal processo inovador das políticas de ambos os países (EUA e Cuba) implica numa participação não somente ativa, mas dinâmica e paciente dos outros povos americanos e mesmo mundiais. Mas para isso deve-se banir do imperialismo estadunidense a idéia de que existe sempre um inimigo pungente à solta. E para isso, é mais uma vez importante ressaltar o papel das nações americanas (América do Norte, América Central e América do Sul) para que denunciem quaisquer violações que possam ocorrer para que seja possível evitá-las, mas que também possam ser criadas relações de amizade com qualquer povo, independentemente de sua ideologia, assim como se dará em Cuba quando forem construídas tais relações amigáveis baseadas na paz e na justiça.

É importante lembrar da amplitude do assunto, que torna-o aberto a variados debates. É preciso dar uma continuidade ao estudo, alertando para as dificuldades dos dados e seriedade do tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO ESTADÍSTICO 1999. Câmara de Comércio de Cuba. Disponível em: <<http://www.camaracuba.cubaweb.cu>> Acesso em: 30 set. 2002.

ARREOLA, G. **Paso a paso, el proceso para distender el conflicto de cuatro décadas entre EU y Cuba: Fidel Castro.** Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx> Acesso em 27 set. 2002.

BANDEIRA, L. A. M. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

CHOMSKY, N. **11 de setembro.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda., 2002.

CRONOLOGIA. Disponível em: <http://www.cubavsbloqueo.cu> Acesso em: 25 jul. 2002.

DADOS MACROECONÔMICOS. **Sobre Cuba.** Disponível em: <http://www.cepal.org> Acesso em: 30 set. 2002.

FERNANDES, F. **Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana.** São Paulo: T. A. Queiroz Ltda., 1979

GUIMARÃES, S.P. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional.** Rio de Janeiro: Universidade UFRGS/Contraponto, 1999.

KISSINGER, H. **A diplomacia das grandes potências.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves S.A., 1999.

LAMPREIA, L. F. **Diplomacia brasileira: palavras, contextos e razões.** Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.** 3 ed. São Paulo: Global Editora, 1985.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.** São Paulo: Cortez, 10 ed., 1995.

MARX, K. **Materialismo histórico.** Disponível em: <<http://www.comunismo.com.br>> Acesso em: 30 set. 2002.

_____ **O capital.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1991.

MUELLER, A. **Cuba's post-soviet socialism.** In: TEXTO PARA DISCUSSÃO, 08/2002, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. 1-17

SARTRE, J-P. **Furacão sobre Cuba.** Rio de Janeiro: do Autor, 1960.

SOUSA, J. P. G. de, et al. **Dicionário de política.** São Paulo: T. A. Queiroz Ltda., 1998.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRANDÃO, I. de L. **Cuba de Fidel: viagem à ilha proibida**. São Paulo: Livraria Cultura, 1978.

CASTRO, F. **Capitalismo actual: características y contradicciones: neoliberalismo y globalización**. Habana: Política, 1999.

_____. **Globalización neoliberal y crisis económica global**. Habana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 1999.

CRONOLOGIA. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/regional/ar/us-cuba/helmsbur/htm>
Acesso em: 30 set. 2002.

ESCOTESGUY, J. **Cuba hoje: 20 anos de revolução**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

HADDAD, J. A. **Revolução Cubana e Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

MORAIS, F. **A Ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

REVISTA BIMESTRE CUBANA de la sociedad económica de amigos del país. Habana: Palacio de Convenciones de La Habana, 1998.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 2000.

SEN, A. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

STEFFAN, H. D. **Cuba ante la razón cinica**. México: Nuestro Tiempo, 1997.

_____. **Noam Chomsky habla de América Latina**. Habana: Casa Editora Abril, 1998.

SITES CONSULTADOS

<http://geocities.yahoo.com.br/leschwingel/frames/cuba.html>

<http://www.ahistoriabr.cjb.net>

<http://www.ain.cubaweb.cu>

<http://www.carosamigos.com.br>

<http://www.chevive.da.ru>

<http://www.cia.org>

<http://www.cubatrade.org>

<http://www.cubaweb.cu/esp/main.asp>

<http://www.fbi.gov>

<http://www.geocities.com/CapitolHill/Parliament/1526/ag.html>

<http://www.granma.cu>

<http://www.guevarahp.hpg.com.br>

<http://www.historianet.com.br>

<http://www.imf.org>

<http://www.lemonde.fr>

<http://www.mises.org>

<http://www.nytimes.com>

http://www.pesquisarnaweb2.hpg.ig.com.br/economia_e_negocios/71/index_pri_1.html

<http://www.radiohc.org>

<http://www.socicomu.cjb.net>

<http://www.thewashingtonpost.com>

<http://www.time.com>

<http://www.un.int/cuba>

<http://www.vivache.cjb.net>

<http://www.worldbank.org>